



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Ata da 192ª reunião ordinária, realizada em 01 de dezembro de 2021

Em 01 de dezembro de 2021, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Presidente Marília Carvalho de Melo da SEMAD e Valéria Cristina Rezende, da Secretaria Executiva da SEMAD. Representantes do poder público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Leônidas Oliveira, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Bruna Dias Tourinho, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Frederico Amaral e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Major PM Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Júnior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Capitão PM Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Ênio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mól Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Mário Ferreira Campos Filho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Julio Cesar Nery Ferreira, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogrupo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Thiago Torres Costa Pereira, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Ronaldo Fia, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário

de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos de pauta. 1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Valéria Cristina Rezende, Secretária Executiva/SEMAD: “Boa tarde, senhores Conselheiros, Conselheiras, e todos aqueles que nos acompanham pelo YouTube. Considerando que temos quórum regimental, declaro aberta a 192ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 1º de dezembro de 2021. Vamos para execução do Hino Nacional, que nesta reunião, por ser a última do ano, uma reunião em que haverá uma premiação, temos o prazer e honra de ter o Quarteto da Polícia Militar de Minas Gerais para executar o Hino Nacional.” [Execução do Hino Nacional]. Valéria Cristina Rezende, Secretária Executiva/SEMAD: “Nós agradecemos ao Sargento Guedes, Cabo Vanderlei, Soldado Silva e Soldado Douglas por estarem aqui conosco. Muito obrigada.” **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Valéria Cristina Rezende, Secretária Executiva/SEMAD: “Vamos passar para o item **3** da pauta, Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Aberta aos Conselheiros. Conselheiro Frederico Amaral, da SEDE. Conselheira Maria Dalce, por gentileza.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Você está me passando a palavra ou apenas citando que eu pedi?” Valéria Cristina Rezende, Secretária Executiva/SEMAD: “Não, passando a palavra, Conselheira.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Ok, boa tarde a todos. Eu só queria registrar algumas coisas para que fique gravado em ata, algumas demandas que nós estamos tentando que a SEMAD nos responda e não conseguimos. No dia 10 de setembro nós pedimos formalmente informações sobre aplicação dos recursos recolhida da taxa florestal nos últimos cinco anos. Não sei se as informações estão organizadas ou não, mas nós sequer recebemos satisfação da SEMAD dizendo ‘A informação que vocês querem é complicada, nós temos que elaborar a planilha, pesquisar, sei lá’, mas nenhuma resposta. No dia 29 de setembro, ou seja, três meses atrás, nós havíamos retirado do site da SEMAD uma planilha sobre recolhimento e aplicação de recursos da compensação florestal relativos à aplicação da lei do SNUC. Para evitar confusão ou difundir informações erradas, ou até fazer críticas improcedentes, nós tentamos que a SEMAD nos explicasse como interpretar a planilha. Chegamos a conversar com um funcionário, mas inexplicavelmente ele pediu para encaminhar para a Diretoria Geral. Já achamos extremamente estranho, que a única coisa que a gente queria é que nos dissessem o que quer dizer isso e aquilo, as informações já estão disponíveis no site da SEMAD. Desde então nós estamos tentando que a SEMAD nos responda, na verdade, foi endereçado ao IEF neste caso, que é o responsável, nos informe como interpretar essa planilha. No dia 29 de outubro nós enviamos uma denúncia relativa à estação de Candeia, em área limite de (trecho incompreensível), e na propriedade de uma pessoa que é altamente suspeita, todo ano atear fogo, e comumente esse fogo entra na (trecho incompreensível). Até hoje não recebemos resposta. No dia 18 de novembro nós perguntamos à SEMAD como a gente poderia acessar projeto de neutralização de carbono, já que está sendo anunciado que faz parte das propostas do governo investir nas reduções de emissões. No dia 18 de novembro nós encaminhamos um ofício solicitando uma resposta formal da SEMAD quanto à instalação da fábrica da Heineken em Pedro Leopoldo, considerando as inúmeras denúncias que tem sido feitas por parte dos pesquisadores, do próprio ICMBio, solicitação de suspensão por parte do Ministério Público da licença, também e até hoje também não conseguimos nenhuma resposta. No dia 4 de novembro nós encaminhamos, em caráter de urgência, obviamente, de que fosse feita fiscalização imediata na Zona de Amortecimento do Parque do Rio Doce, que está sendo invadida por loteamentos clandestinos. (Áudio ruim). Registre-se que esse assunto já tem sido

discutido pessoalmente com a Diretoria Geral do IEF, com a Secretária, depois ele foi registrado na Nota Técnica enviada à Diretoria Geral, e não conseguimos nenhum retorno, e pelo que nós pesquisamos, não houve qualquer ação de fiscalização no local. Para completar, hoje nós recebemos que o Prefeito de Marliéria, que é um dos municípios onde o parque fica, encaminhou projeto de Lei à Câmara pedindo para ampliar como Zona de Expansão Urbana toda a Zona de Amortecimento do Parque do Município de Marliéria. É inacreditável, mas é verdade. Isso tudo está na esteira do abandono do parque pelo IEF e pelo estado. Enquanto o estado não age eles vão invadindo e vão tentando cada vez mais ocupar a área limite do parque. Temos denúncia também que o prefeito de Marliéria e a Deputada Elisângela Reis foram até o DER pedir o asfaltamento da estrada que liga os municípios de Timóteo à Marliéria, passando pela ponte queimada sobre o Rio Doce. Essa estrada atravessa o parque e margeia a Mata dos Campolinas, a única mata primária do parque, onde existem árvores milenares, é um tesouro ambiental e científico. Quando a questão ambiental não tinha nem a metade do valor que a gente pensa que tem hoje, na época do doutor Hugo Werneck, Presidente do Centro para Conservação da Natureza, tentaram diversas vezes abrir essa estrada e eles sempre conseguiram, os ambientalistas, impedir, com apoio do governo, e agora eles querem asfaltar essa estrada, o que significa um golpe mortal para o parque. Recentemente nós passamos lá, mesmo sendo estrada de terra e com baixíssimo índice de tráfego, porque a ponte não suporta os veículos mais pesados, nós vimos já uma jaguatirica atropelada. Nós também tentamos, junto à Polícia Militar Ambiental, eu peço atenção do representante da corporação no plenário, informações sobre a situação nas regiões Norte e Noroeste e Nordeste do equipamento de Polícia Florestal. Nós fizemos as três simples pergunta: quantos municípios estão sob responsabilidade de cada grupamento? Tem veículos? Estão em bom estado? Quantos? E se recebem diárias. Falamos primeiro em Montes Claros, com Cabo Pinheiro. Ele informou que o destacamento lá atende 77 municípios, dá menos de 1 policial para cada município, isso na hipótese de trabalharem todos os dias, claro que eles não trabalham, porque eles são mortais. São 81 militares para 77 municípios. Eles disseram que os carros estão em estado médio e não recebem diária para fiscalização. Tentamos em Janaúba, mas o número que consta no site da PM não existe. Tentamos em Janaúria, também os números não existem. Ligamos para São Francisco, que faz parte de Montes Claros, eles atendem 7 municípios, com 5 policiais para atender 7 municípios. Eles mesmos nos informaram que as denúncias de desmatamento para carvão em matas vegetais e pastos são constantes. Em Pirapora, o telefone indicado no site é o orelhão de rua, mas nem é da Polícia Militar, é da Polícia Rodoviária. Ninguém soube informar se a Polícia Ambiental tem telefone. Em Paracatu tentamos, eles pediram que formalizasse o pedido, fizemos, mas não recebemos resposta até hoje. Não vou citar tudo não, só para exemplo. E, finalmente, Diamantina, depois de alguma insistência, atendeu um oficial que foi extremamente mal educado que recusou a dar informações e desligou na cara da funcionária que estava tentando obter essas informações. Acho que isso deixa clara a situação ambiental em Minas, do secundarismo que foi renegado à área ambiental, apesar do discurso do governador. Então eu queria registrar isso em ata, para que não se perca na história, e a gente não esqueça o que está acontecendo em Minas Gerais hoje. Obrigada.” Valéria Cristina Rezende, Secretaria Executiva/SEMAD: “Conselheira Maria Dalce. Nós recebemos o seu e-mail com as solicitações – desculpa Conselheiros, tivemos um problema de áudio que eu acho que agora foi resolvido – Nós recebemos o e-mail com as solicitações, entendemos que temos realmente uma morosidade na resposta, mas já estamos providenciando essas respostas para que a gente possa fazê-las formalmente, e eu vou passar para a Diretora Geral do IEF, Maria Amélia, que vai fazer algumas considerações.” Maria Amélia Lins, IEF: “Boa tarde a todos. Queria

pedir desculpa o atraso. Dalce, nós recebemos o seu e-mail e a gente está consolidando as informações, principalmente com relação à taxa florestal que você pediu dos últimos cinco anos, então provavelmente essas informações de aplicação dos recursos de compensação ambiental, dos incêndios florestais também, a gente está consolidando as informações, e da aplicação da taxa florestal dos últimos cinco anos a gente vai estar enviando para você até o final da tarde. Com relação às outras demandas que foram designadas em ata, eu sugeriria a você uma reunião para a gente tratar assunto por assunto, e teria o maior prazer de te receber lá no IEF. Se for possível, vou pedir para a Silvana para poder entrar em contato com você e a gente trataria item por item, se assim você preferir, mas aqui está lançada a proposta.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Com licença. Eu agradeço a resposta, Maria Amélia, mas lembrando que, por exemplo, o item fiscalização das invasões da Zona de Amortecimento do Parque do Rio Doce com derrubada de Mata Atlântica não espera reunião. Já devia ter sido tomadas providências há muito tempo, no mínimo embargando as construções e mantendo fiscalização constante para que não aumentem. E também lembro a todos, SEMAD e aos Conselheiros, que informações sobre aplicação dos recursos públicos deveriam estar disponíveis em site, no caso da taxa florestal. E, finalmente, queria registrar mais uma questão, que nós enviamos um ofício, esse é mais recente, tem cerca de um mês, perguntando apenas o seguinte: neutralização das emissões de carbono está sendo considerado nos processos de licenciamento ambiental? Se não, por quê? Também não recebemos resposta.” Valéria Cristina Rezende, Secretária Executiva/SEMAD: “Subsecretária Anna Carolina, de regularização ambiental, por gentileza.” Anna Carolina Motta, SEMAD: “Boa tarde. Com relação aos dois itens que me cabem, que é o licenciamento do empreendimento Heineken, em Pedro Leopoldo, e a neutralização considerado no processo de licenciamento, nós estamos fazendo as respostas para te passar o mais breve possível. E salvo engano, eu as respondi dizendo que seriam iniciadas as respostas. O mais breve possível, acredito que até o fim dessa semana, elas já terão sido enviadas para ti. Elas estão sendo feitas pelas equipes técnicas e na sequência serão enviadas para ti. Obrigada a todos.” Valéria Cristina Rezende, Secretária Executiva/SEMAD: “Eu acho que esclarecida essa parte da Conselheira Maria Dalce, vou passar para o Capitão Brito, da Polícia Militar.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Valéria, só uma pergunta: eu gostaria de saber quem poderia se pronunciar, no caso, acho que a Maria Amélia, por que a gente não consegue, essa informação que nós pedimos sobre recolhimento e aplicação da compensação ambiental pela lei do SNUC, é uma coisa que pode ser respondida por 10 minutos por telefone, nós só queremos saber como interpretar os dados disponibilizados pela SEMAD para não falarmos besteira. Por telefone a gente resolve isso, por que a gente não pode resolver isso? Precisa de uma reunião para um assunto tão tranquilo, já que as informações estão disponíveis no site da SEMAD.” Maria Amélia Lins, IEF: “Primeiro o prazer de recebê-la, porque você me recebeu tão bem na sua casa, eu gostaria de retribuir. Mas com relação à questão das compensações, você vai estar recebendo hoje com certeza. A questão da reunião é só para recebê-la, retribuir, inclusive, o convite que você fez.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Boa tarde, desculpem o atraso da minha chegada, estava na cidade administrativa e nós tivemos um atraso na agenda, pedi à Valéria que começasse a reunião. Nós estamos ainda no item de comunicados dos Conselheiros, pergunto se ainda tem mais algum Conselheiro. Capitão Brito, por favor.” Conselheiro Cap. PM Adenilson Brito Ferreira: “Boa tarde, senhora Presidente, professora Marília, na qual eu cumprimento todos. É só na questão sobre a Polícia Militar de Meio Ambiente que foi citada, algumas informações são de caráter sigilosos. A AMDA é uma parceira excelente que nós temos, ela sempre nos passa denúncias qualificadas. Eu vou pedir à Maria Dalce que algumas informações que ela queira, está precisando

e não teve retorno, que ela me mande diretamente, eu estou na sessão de Planejamento e Operações, que eu faço questão de enviar para ela todas as questões. Sobre o atendimento que ela disse que alguém não foi bem atendido, ligando pela AMDA, essa não é uma prática, muito pelo contrário, todos nossos militares têm treinamento para que atendam bem o público, nós somos servidores antes de mais nada, então me causou estranheza, depois vou até procurar saber o horário, a situação, para a gente procurar mesmo se houve essa situação, porque isso é inadmissível por parte dos nossos militares, esse tratamento que não seja condizente com o melhor tratamento possível ao cidadão. Era isso, muito obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Capitão. Carlos Alberto, você levantou a mão fisicamente, quer se manifestar? Por favor, Conselheiro da FAEMG.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Não dei conta de fazer aquele levantamento de mão pelo sistema. Eu tenho duas manifestações a fazer. A primeira delas é agradecer essa equipe de apoio de montagem e planejamento das reuniões do sistema COPAM, não só do COPAM propriamente dito, mas da CNR, das URCs, toda essa turma que nos ajuda invisivelmente para que a gente tenha reuniões muito bem programadas e realizadas, especialmente eu agradeço ao Roberto e à Sabrina, que me apoiam diretamente aqui nas convocações e nas informações e apoio. Obrigado. O segundo ponto que quero falar é a respeito da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, essa resolução tem como objetivo definir a documentação e estudos técnicos necessários à instrução dos processos de requerimento de autorização para intervenções ambientais. Entender por intervenções ambientais é todo procedimento que um produtor rural faz na sua propriedade. Ele não tem o direito de levantar, fazer qualquer intervenção se não tiver antes a autorização do órgão ambiental. Essa autorização se dá mediante um requerimento, e é esse requerimento que essa Resolução Conjunta orienta como eu vou fazer o requerimento. Ocorre que aqui nessa Resolução Conjunta, algumas coisas que estão aqui colocadas, por exemplo, estudos de fauna, da forma que está colocado aqui, dependendo do porte do produtor rural interessado, ele não vai poder fazer nenhum requerimento, por causa dos impedimentos financeiros, porque alguns estudos que estão aqui relacionados, a forma, a campanha e mais uma porção de detalhamento técnico, podem custar 20, 30, 50, 100, 200 mil. Por exemplo, se o empreendedor tem interesse de fazer uma lavoura de milho de 40 hectares, ele vai ter certamente uma dificuldade muito grande de fazer o pedido. Não é ver o pedido aprovado, é de fazer o pedido. Isso está causando muita preocupação para os representados da FAEMG, os produtores rurais. E para não ficar pensando que a gente está reclamando, eu convido nossos colegas membros da plenária COPAM para acessar essa Resolução Conjunta e dar uma lida. A gente fica preocupado com algumas questões, e entre outras aquelas que a gente busca desburocratizar os sistemas, e quando aparece um documento que dobra ou triplica a burocracia. Hoje pela manhã alguém me falou que essa Resolução 3.102, publicada em outubro de 2021, era simplesmente uma substituta com alguma complementação da 1905, acho que de 2017. Pois é, eu acho que a gente poderia ter feito um documento muito interessante, que ao invés de complicar e dificultar a vida do produtor rural, já dificultada por mais de 30 regulamentos, leis, decretos e portarias. E eu gostaria, senhora Secretária, é saber se a gente tem alguma forma de rediscutir alguns pontos. A nossa reunião da FAEMG com a Secretaria de Meio Ambiente está marcada para janeiro ainda, então essa é minha manifestação. Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro Carlos Alberto, só te trazendo um breve histórico, vou passar na sequência para a Anna Motta, Maria Amélia também pode se manifestar. A primeira publicação dessa Resolução, que já estava sendo discutida antes de eu chegar na Secretaria, a primeira publicação ocorreu em setembro, exatamente no mês que eu fui nomeada no ano passado, setembro de 2020. E

quando ela foi publicada, eu pedi que fizesse uma avaliação da análise de impacto regulatório, que subsidiou a publicação da Resolução, e na avaliação de impacto regulatório, naquele momento, não trazia uma avaliação precisa sobre essas questões da fauna que você aqui aborda agora. Eu tornei sem efeito aquela publicação, em setembro, e pedi que a equipe técnica estudasse com mais detalhes essa questão especialmente da padronização dos estudos de fauna. Importante dizer que os estudos de fauna já ocorrem, são exigidos, mas não havia uma padronização, então cada SUPRAM fazia de uma forma. A gente buscou pelo contrário, trazer segurança jurídica ao processo. Inclusive, incluímos, e essa foi uma alteração significativa da Resolução anteriormente publicada em setembro de 2020 até agora, a possibilidade de utilização de dados secundários, porque a grande questão era a campanha primária, com dados primários de fauna, então nós trouxemos isso para a resolução, a gente pretende agora trabalhar com bancos de dados efetivos do próprio estado para viabilizar a informação disponível. Isso se dará, obviamente, a partir da consolidação de dados que já existe. Obviamente prontos para discutir, entender as demandas, nós estaremos. Nós recebemos uma primeira manifestação do Sindicato Rural do Norte de Minas, de Januária, para ser mais precisa. A reunião está sendo agendada ou até já foi, e eu até orientei que chamasse a FAEMG para essa reunião para que a gente tivesse já um alinhamento com vocês dos principais pontos, apresentasse para vocês e ouvisse alguma contribuição que porventura tenha na norma. Vou passar para a Anna Motta, e até, Carlos Alberto, a gente tem uma nota explicativa muito interessante, vou te passar na sequência, que faz uma comparação das exigências da nossa resolução em relação a outros estados, e é o estado que é mais, como eu posso dizer, a exigência é mais condizente com a realidade, então a gente pode passar esse levantamento que nós fizemos para subsidiar a nova análise de impacto regulatório, considerando que a primeira não abordava as questões de fato Anna.” Anna Carolina Motta, SEMAD: “Boa tarde, Carlos Alberto. De fato, a Secretária já pontuou que realmente precisávamos fazer um avanço com relação às questões de fauna em especial, e obviamente sempre pensando no desenvolvimento sustentável. As equipes, tanto do IEF quanto da SEMAD, se debruçaram para estudar as melhores alternativas, as mais viáveis, inclusive, trazendo na própria norma algumas compensações daquilo que estava sendo exigido. Quando a gente fala em burocratizar, pelo contrário, a partir de agora a gente estabelece que todos os processos são eletrônicos, que era uma previsão que não era trazida na 1905, e com isso ela vem incrementando e melhorando ainda mais a rapidez e facilidade das análises. Além disso, com relação ao pequeno produtor, nós tivemos o cuidado de isentar o pequeno produtor desse estudo, e colocamos 10 hectares para que isso seja beneficiado. Existem estados, como São Paulo e Santa Catarina, que colocam apenas 1 hectare. E por que trazer isso? Para exatamente permitir que o pequeno produtor, dentro de todo esse conceito que foi trazido por ti, possa ser também amparado nas questões econômicas e sociais. Além disso, a gente prevê no artigo 23 dessa Resolução que os estudos podem ser reaproveitados, o que também é uma grande possibilidade de reduzir os gastos e manter o incremento das questões que envolvem a resolução. Nós estamos também privilegiando não só estudos da nossa base de dados, que serão disponibilizados assim que sejam feitos esses repositórios, mas também dos próprios empreendedores já existentes, inclusive, seus lindeiros. Nessa visão também de benefício, nós usamos mais de um imóvel, mais de uma matrícula, para um único licenciamento, reduzindo número de processos, facilitando para o empreendedor, trazendo melhor visão sistêmica, inclusive, frente ao CAR. Esses são alguns dos benefícios que nós pudemos fazer o contraponto. Não era possível manter o Estado de Minas Gerais sem um adequado cuidado com relação à fauna, e essas intervenções tinham que trazer esses estudos. Mas o como fazer foi pensado dessa

forma, para que fosse de fato melhor aprimorado. Nós vamos fazer essa apresentação para vocês, estamos à disposição para ouvi-los, temos ouvido outros empreendedores e entidades, mas realmente é algo que a gente precisa avançar em conjunto, porque nós falamos sobre desenvolvimento sustentável. Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. A gente vai agendar essa reunião ainda neste mês de dezembro, na primeira quinzena, para poder fazer essa apresentação e discutir com vocês os pontos de preocupação do setor em relação à norma. Nós temos Dalce de mão levantada. Quer se manifestar?” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Obrigada. Eu entendi que estamos falando de duas políticas públicas, teoricamente. Uma política pública que se refere a propriedades rurais e uma que se refere à proteção da fauna. A primeira observação é que, segundo a Lei de Criação do COPAM, compete ao COPAM criar e estabelecer diretrizes de política ambiental para o estado. Então nós vimos mais uma resolução que foi feita a portas fechadas sem participação da sociedade civil, sem levar no mínimo à Câmara de Proteção da Biodiversidade. A fala até agora, tanto da FAEMG quanto quem respondeu pela SEMAD, foi focando as potenciais dificuldades para o proprietário rural, que realmente não podem ser desprezados, mas eu queria saber qual o benefício para a fauna? Porque saber se tem jaguatirica, lobo guará no local, depois autorizar eles matarem, o que significa isso? Porque não temos uma política pública, apesar dos anúncios constantes. Agora chegou a Secretária e o Governador da COP dizendo que o combate ao desmatamento é prioridade em Minas Gerais, e eu entendo que o desmatamento sendo autorizado ou não, ele vai ter danos sobre a fauna. Que tem sido, até agora, o fator mais insignificante no que se refere às políticas ambientais no estado. É interessante essa discussão, porque eu gostaria realmente de saber quais as vantagens que foram identificadas no que se refere à proteção da fauna em Minas Gerais. Nós não temos uma política de proteção à fauna, nós não temos uma política social digam, que beneficie produtores rurais que realmente precisam, dependem disso, para proteger a fauna, não entendo qual a relação dessas políticas e a proteção dela. Qual a intenção da SEMAD no que se refere a isso?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vou iniciar, depois vou passar para a Maria Amélia, do Instituto Estadual de Floresta. Primeiro o seguinte: a própria resolução, como trazendo uma padronização das exigências dos estudos de fauna, e eu mencionei isso quando comecei a responder o Carlos Alberto, bem, eu sou bastante transparente em relação a vários pontos, tem vários pontos que a gente não tem políticas públicas bem definidas, e a gestão da fauna silvestre como doméstica, que estamos resgatando agora com o Rodrigo Franco, ela de fato no IEF até o momento se restringiu a construção de Cetras praticamente. A gente está no acordo da Vale, que você também conhece, atualização do livro vermelho para a gente trazer uma atualização dessa avaliação de espécies em extinção para a gente ter estratégias para isso no Estado de Minas Gerais. Tanto para reversão de espécies ameaçadas de extinção quanto para não permitir que outras espécies também possam chegar a esse ponto. E essa exigência que a resolução traz, agora de maneira sistematizada, nos permitirá ter um banco de dados muito importante para o estado, para definir as prioridades de política pública de fauna regionalmente. Eu tenho discutido isso muito internamente com a equipe: a gente precisa entender, não só a agenda da fauna, mas as questões regionais. Um exemplo: educação ambiental no licenciamento ambiental. Tenho falado muito isso com o Rodrigo Franco e com a equipe dele. Norte de Minas nós sabemos, e a fiscalização que nós fizemos com a polícia esses dias, acho que nem te mandei o vídeo, mas um vídeo muito cruel de várias araras, papagaios, presos em uma casa no meio do nada no Norte de Minas, nós sabemos que lá é uma região de contrabando de aves muito sério. Então por que não trazer termos de referência para a educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental que foque em problemas regionais, como esse, por exemplo, do

contrabando de aves no norte de Minas. Então, Dalce, esse é um ponto que eu tenho discutido com o IEF, com a Maria Amélia, que a gente precisa de fato ter um plano mais efetivo e amplo para a fauna silvestre, e não apenas construção, que também é importante, claro, mas construção de Cetras no Estado de Minas Gerais. Maria Amélia, fique à vontade para complementar.” Maria Amélia Lins, IEF: “Não tenho muita coisa para complementar, mas a resolução traz também maior tutela com relação à fauna na apresentação desse estudo. E para planejamento de 2022 a gente tem planejamento sistemático de conservação da biodiversidade de bens e serviços e a lista de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção para identificação para fins de proteção. Como a Secretária bem pontuou, a gente focou na criação de Cetras, e a partir de 2022 também a gente está levantando esses estudos para maior conhecimento na regionalização para a gente também focar em questões de prevenção também, não só naquela questão de vamos fazer Cetras, áreas para soltura, enfim, maior conhecimento. A Secretária Marília também tem nos demandado com relação a uma minuta de um edital para passagem de fauna, para que isso seja, inclusive, incluído nos TR das concessões, então são algumas das iniciativas que estamos tomando.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Dalce, depois a gente pode conversar um pouco mais sobre isso, a pessoa que tenho dialogado muito e servido como um consultor *ad hoc* nesse processo é o professor Fabiano, que você conhece muito bem, mas de fato acho que você tem toda razão em relação à lacuna de uma política pública mais abrangente nas diversas linhas de ação necessária na fauna silvestre no estado, e nós vamos trabalhar isso junto com o IEF daqui para frente, mas nós estamos à disposição para conversar mais com você. Sobre a resolução, acho que a resposta foi dada. Mais algum Conselheiro inscrito? Não? Então vamos passar ao próximo ponto de pauta.”

5. ENTREGA DO PRÊMIO NATUREZA GERAIS 2021. APRESENTAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD.

Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vou pedir para a gente alterar o item 4 para o item 5, porque nós estamos aqui recebendo a graciosa presença da Polícia Militar que fará uma apresentação para a gente no item 5 que tem outro compromisso na sequência, então peço licença aos Conselheiros para fazer uma inversão na pauta. Entrega do Prêmio Natureza Gerais 2021. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad. João, da ASCOM.” João, ASCOM: “Boa tarde a todos. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem a honra em recebê-los para a cerimônia de premiação da 4ª Edição do Prêmio Natureza Gerais. Este prêmio foi instituído pela DN 224, de 1º de agosto de 2018, e é concedido anualmente pelo COPAM. Foi criado com o objetivo de valorizar, reconhecer e divulgar ações e projetos que contribuam para a preservação e melhoria da qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais. E ainda, cidadãos com reconhecido histórico de contribuição na defesa e preservação do meio ambiente. Este ano, excepcionalmente, o prêmio Natureza Gerais contemplou apenas a categoria melhor exemplo em cidadania ambiental, destinada, exclusivamente, a pessoas físicas que por suas ações se destacam na defesa e preservação do meio ambiente. Foram três agraciados nessa categoria. A comissão julgadora foi composta por representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais e Associação Para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca. Convidamos neste momento a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo, para fazer a entrega das placas de homenagem aos vencedores do prêmio Natureza Gerais. Convidamos para receber a placa de homenagem Humberto Gomes Macedo, indicado pela OAB. Professor de Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara, Humberto é homenageado por executar o projeto LERedas, que tem

como objetivo estimular a leitura e contribuir para a preservação e melhoria da qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais. O projeto nasceu em 2016 e congrega a atitude de pertencimento e cidadania, pois um aluno que planta uma árvore e posta nas redes sociais ganha um livro doado pelo professor. Já foram centenas de árvores plantadas e livros doados. Esta ação ainda promove um giro ético, pois muitas pessoas doam livros novos e usados, fazendo uma conexão de atitude ambiental de plantio, com educacional, incentivo à leitura e com a conexão de economia circular com a doação dos livros. Promove, ainda, o exemplo às futuras gerações, pois muitas crianças fazem o plantio junto com os pais. O nome do projeto é uma junção do verbo ler com Veredas do Grande Sertão, em homenagem à obra de Guimarães Rosa, com a iniciativa que promove o incentivo à leitura e a preservação ambiental. Neste momento, convidamos para receber a placa de homenagem Ronnie Gibson Oliveira Lessa. Indicado pela Associação Mineira de Defesa ao Meio Ambiente. Ronnie começou a atuar como brigadista voluntário no combate a incêndios florestais no vetor Sul de Belo Horizonte, especificamente no entorno do Parque Estadual da Serra do Rola moça. A paixão pelo combate a incêndios começou a 10 anos e hoje Ronnie pode ser considerado um expert no planejamento e combate a incêndios. É um dos fundadores da Brigada Guará e atualmente integra a Brigada Voluntária Carcará. Reconhecer o seu valor e premiar o seu trabalho é, além da homenagem pessoal, forma de mostrar à sociedade um verdadeiro herói, que no anonimato luta pela proteção da água, solo, fauna, flora, ar e saúde pública, enfrentando os incêndios, um flagelo ambiental que ameaça a vida. Convidamos para receber a placa de homenagem Tobias Tiago Pinto Vieira, indicado pelo IBRAM. Tobias foi indicado devido à intensa dedicação e participação como coordenador da Câmara Técnica do CBH Paracatu, na criação das comissões gestoras locais, bem como na coordenação de projetos ambientais de proteção aos recursos hídricos da região da Bacia do Rio Paracatu. Em parceria com as empresas de mineração locais. O indicado não tem medido esforços para buscar uma solução adequada e equitativa a todos os usuários nesses fóruns, através do diálogo e da mediação de conflitos.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu vou quebrar o protocolo porque eu recebi uma missão nobre do pai de um dos homenageados – Quebrei protocolo, fui chamada atenção, mas agora que eu comecei, vamos acabar – Obviamente é uma missão nobre de um amigo querido que é o Tonhão, ele me pediu que lesse aqui em seu nome. Estimados amigos e amigas aqui presentes, é com muita alegria e satisfação que neste momento vimos um jovem de 30 anos, da cidade de Paracatu, ter o seu trabalho reconhecido. Tobias nasceu quando o movimento verde de Paracatu já tinha quatro anos de vida. Desde os seus primeiros dias de vida, passou por alegrias e tristezas, vividas pela luta constante do mover em defesa do meio ambiente de todos os seres do planeta. A busca do diálogo e do entendimento que sempre norteiam as ações desenvolvidas por uma entidade ambientalista sediada em um município longínquo, muitas vezes esquecida pela grande mídia, foi aos poucos moldando sua personalidade, e o transformando em um cidadão repleto de qualidades. Isso fez com que, em muito pouco tempo, Conselheiro dos mais variados colegiados onde atua, incluindo o CBH Paracatu, passaram a admirá-lo pelas suas ações propositivas na busca do entendimento. Seu dinamismo e dedicação fizeram com que, como Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Rio Paracatu, que é a maior bacia com áreas de conflito declaradas em Minas Gerais, conseguiu contribuir com o estado e em pouco tempo enfrentar um desafio gigante, organizando todas as mais de 14 Comissões Gestoras Locais da Bacia do Rio Paracatu, transformando-se em uma referência para o IGAM na implementação dessas comissões. Que as ações por Tobias implementadas sirvam de exemplo para os jovens na defesa do meio ambiente, dos recursos hídricos e da vida em equilíbrio. Os jovens têm que ser valorizados, pois nós, de meia idade para cima, temos que

deixar legados para a continuidade da nossa luta constante em busca do equilíbrio. Temos e devemos buscar a renovação com qualidade, valorizando a juventude, pois a sabedoria é infinita. Grande abraço a todos, Tonhão. Paracatu, 30 de novembro de 2021. Parabéns, Tobias, parabéns a todos.” João, ASCOM: “Convidamos para o seu pronunciamento, Tobias Tiago Pinto Vieira.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Bom, depois desse tipo de mensagem a gente até fica um pouco sem graça, mas eu quero aqui agradecer tanto aos membros da comissão do COPAM, que nos agraciaram com esse prêmio. Quero agradecer também ao IBRAM, que nos prestigiou com a indicação. Quero dizer que assim como Ayrton Senna falou, dê o seu melhor sempre que a chance de fracassar se aproxima a zero. Então é com essa vontade, com esse pensamento que a gente sempre busca fazer o melhor, sempre busca o entendimento. Quem acompanhou minha jornada no COPAM, eu participo no COPAM Plenária desde o Sávio Souza Cruz enquanto Secretário, que acho que foi em 2016, 2015. Foi uma escola aqui para mim, foi o começo de tudo, e me ensinou bastante para que a gente possa fazer o que a gente fez, não é Marcelo? No CBH Paracatu, enquanto coordenador surgiu essa história de CGL, no começo muito difícil, não existia nem como a gente vai criar, as regras, não existia muito bem, mas o conceito inicial, como Marília falou aqui em Belo Horizonte, é que os usuários se entendam, proponham, eles que conversem e sentei com Marcelo e a gente encarou isso, conseguimos construir muito. Conseguimos mobilizar nessas 14 CGLs aproximamos a 400 usuários de água dentre n eventos de levar informação, esclarecer como a outorga funciona, como deve funcionar. Falamos da responsabilidade pelo uso consciente da água, de todas as ações que são necessárias nas propriedades rurais, assim como também nos aproximamos da mineração para falar dessas ações. Foi algo realmente muito importante, acho que foi um grande passo que a gente deu. Esse número de 14 CGLs já deixamos para trás, acho que já chegamos a 20, com número de usuários muito maior. Mas assim, me sinto lisonjeado, fico muito feliz com o prêmio, e espero que, assim como o Tonhão falou, que sirva de exemplo para outros jovens virem, participarem mais do processo, que obviamente que todos nós estamos aqui escrevendo um capítulo da história, daqui uns dias tem que renovar, vir mais uma pessoa. Agradeço mais uma vez à Marília, ao Marcelo, pelo apoio sempre, pelo COPAM, agradecer ao COPAM e aos membros da comissão e ao IBRAM que me indicou, novamente. Obrigado, gente.” João, ASCOM: “Convidamos para seu pronunciamento, Ronnie Gibson Oliveira Lessa.” Ronnie Gibson Oliveira Lessa: “Pessoal, apenas agradecer por esse reconhecimento. Lembrá-los que a gente não trabalha sozinho, as entidades dependem umas das outras. Quero agradecer a minha equipe, a ONG Carcará, que tem desenvolvido diversos trabalhos no município de Brumadinho, e agradecer também a AMDA por estar sempre presente, sempre parceira e esse reconhecimento para nós é muito importante. Em nome de todos os brigadistas, agradecer mesmo todas as entidades. Obrigado.” João, ASCOM: “Convidamos para seu pronunciamento, Humberto Gomes Macedo.” Humberto Gomes Macedo: “Boa tarde, senhoras e senhores, eu também vou ser muito breve. Na pessoa do Ronnie, eu agradeço a todos os brigadistas, eu tenho a honra de ser brigadista também, é uma atividade muito digna. Agradeço todos os brigadistas da Carcará, Brigada 1 e todas as demais brigadas. Agradeço também a OAB pela indicação na pessoa da doutora Walkiria, doutor Adriano também que está aqui presente, apesar de eu ter conhecido agora, pessoalmente, representando os advogados também. E na pessoa da Secretária Marília, eu gostaria de fazer uma analogia, porque às vezes eu acompanho muito nas redes sociais o trabalho da Secretária, e vejo às vezes a Secretária tanto na COP26 em uma situação macro, mundial, quanto em uma situação local plantando uma muda em uma inauguração de um parque. Isso nos serve de exemplo e inspiração, com ações micro, como no caso do projeto que a gente pôde idealizar o

aluno plantando uma árvore, quanto na ideia macro, que faz interagir educação, os professores, a academia em um todo, e todos vocês que fazem esse belo trabalho, eu só tenho a agradecer e colaborador. Muito obrigado e boa tarde.” João, ASCOM: “Neste momento, ouviremos a Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Esse é um momento muito importante, o Prêmio Natureza das Gerais nos mostra a importância de valorizar trabalhos diferenciados. E aqui a gente tem três exemplos diferentes, mas igualmente importantes de trabalhos que contribuem para o meio ambiente do nosso estado. Com uma ação acadêmica que replica em uma ação prática de mudança de cultura, de uma educação ambiental direta e indireta com alunos, filhos de alunos e que mesmo que seja uma ação local, começa a criar uma dimensão global, porque se todos dessem bons exemplos, como você, Humberto, a gente teria um país muito melhor. Da mesma forma o Tobias, a gente sabe o quanto é complexo gerenciar áreas de conflitos pelo uso da água, especialmente em uma bacia tão importante quanto é a Bacia do Paracatu. Importante para a agricultura, para a Bacia do São Francisco, porque dali sai um percentual importante de contribuição no Estado de Minas Gerais para as águas do São Francisco, e fazer essa gestão do conflito não é simples. E realmente com a pouca idade, 30 anos, mostrou uma capacidade ímpar de articulação para solução de problemas, parabéns, Tobias. E, por fim, parabenizar, falava aqui que eu também me apaixonei pelo tema combate a incêndios florestais quando em 2011, como Subsecretária de Fiscalização, nós reestruturamos o Previncêndio, da SEMAD, que estava no IEF e foi para a SEMAD, e ver o trabalho voluntário de brigadas é uma coisa realmente que nos emociona. É um trabalho de dedicação, de risco, porque as pessoas que estão ali estão se colocando em risco com um propósito. Então parabenizar, a gente conta muito com esse apoio das brigadas voluntárias em todo o nosso estado e exemplos como você também precisam ser replicados. Queria parabenizar os três aqui agraciados, e agradecer também de maneira muito especial a nossa equipe, através do Rodrigo, Diogo e da Ana Cristina, a condução desse trabalho. Esse trabalho de reconhecimento com legitimidade dos diversos atores, porque não é uma escolha da SEMAD, mas é uma escolha dos nossos parceiros, eu ia usar a palavra *stakeholders*, mas eu não gosto dessas palavras da moda, mas as pessoas, instituições que contribuem efetivamente para a construção da política ambiental no Estado de Minas Gerais. Parabenizar a equipe, Rodrigo, Diogo e Ana, pela condução, é isso. Parabéns a todos, muito obrigada a nossa equipe interna.” João, ASCOM: “Convidamos os agraciados e a Secretária Marília para a foto oficial do Prêmio Natureza Gerais. Agradecemos a atenção de todos. E voltamos a parabenizar os vencedores do 4º Prêmio Natureza Gerais e suas iniciativas de destaque em prol do meio ambiente no estado. Uma ótima tarde a todos.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, João.” **4. EXAME DA ATA DA 191ª RO DE 15/09/2021.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vou retomar nossa pauta exame da Ata da 191ª Reunião Ordinária de 15/09/2021. Pergunto se algum Conselheiro tem consideração sobre a ata. Conselheira Maria Teresa.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Boa tarde. Na linha 83 é colocado SEI, está colocado lá outra sigla. Na linha 814 é colocar no plural a palavra graves. Na linha 827 está imprensa, mas é impressa. Versão impressa. Na linha 856 é SLA, está trocado. É SLA. Tem mais uma. Nas linhas 892 e mais uma outra vez, é referenciado o Plano de Ação de Emergência de Barragem com a sigla PAE, mas o PAE é usado para Plano de Aproveitamento Econômico, então tem que se trocar, o que está aí e aparece duas vezes PAE, por PAEBM, que é a sigla Plano de Ação de Emergência de Barragem. Só isso.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Só o Renato, Presidente da FEAM, tem uma consideração sobre essa última alteração. É BM, M de Marília, não L.” Renato Brandão, FEAM: “Conselheira, só porque a Lei Estadual, Presidente da

FEAM, desculpa não me apresentar e cumprimentar os Conselheiros. O PAEBM, como a gente diz, é usado muito na nomenclatura da Agência Nacional de Mineração para não se confundir efetivamente com o Plano de Aproveitamento Econômico, mas na legislação estadual nós não tratamos somente de mineração, nós também tratamos de indústria, por isso a nomenclatura da Lei Estadual 23.291 mantém a definição de PAE, e claro, ela remete a outra sigla usada na mineração, mas esse PAE aqui a gente está efetivamente falando de um Plano de Ação de Emergência para Barragens. É só esse esclarecimento, porque quando a gente remete à legislação estadual, usar PAEBM a gente também está tirando uma parte das barragens que tem que ter esse plano, que seriam as barragens de indústria.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheira, eu pergunto se com esse esclarecimento do Renato se você gostaria de manter a alteração ou não, porque a fala foi sua.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu penso que então, em termos de sigla, tem que manter o nome completo, porque o PAE a nível das questões envolvendo o próprio licenciamento no estado é muito usado o tempo inteiro nos pareceres únicos e nas linguagens, porque é o Plano de Aproveitamento Econômica, independente de que a competência da aprovação seja da ANM. Acho que era importante pelo menos que fique PAEB, sem o M, alguma forma de distinguir de PAE a Plano de Aproveitamento Econômico. Eu não tenho competência para decidir sobre isso.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Como a fala é do Renato, vou fazer o seguinte, coloca por extenso, coloca Plano de Ação de Emergência. Ok, Conselheira? Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Ok.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Então ótimo. Obrigada, Conselheira, pelas suas pertinentes e cuidadosas alterações na ata com as alterações propostas pela Conselheira Maria Teresa eu coloco a ata em votação. Vai ter que votar um a um, não é isso? Marília favorável, SEMAD. Pedro, SEAPA.” Conselheiro Pedro D’Angelo Ribeiro: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Pedro. Leônidas, uma grande honra ter você conosco, meu querido Secretário que tem cooperado muito conosco, estamos pensando junto com o IEF, inclusive, um trabalho de integração do turismo com as nossas unidades de conservação. Seu voto, por favor. Acho que deve estar com algum problema de internet, ele estava até agora com a câmera aberta. Augusta, Secretaria de Estado de Educação.” Conselheira Augusta Isabel Junqueira Fagundes: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Beatriz, SEPLAG.” Conselheira Beatriz de Oliveira Góes: “Eu me abstenho, não estava na última reunião do COPAM.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Bruna, Secretaria de Estado de Saúde.” Conselheira Bruna Dias Tourinho: “Boa tarde, me abstenho porque não estava na última reunião.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Lidiane, SEINFRA.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Jadir, SEDESE.” Conselheiro Jadir de Assis: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Frederico, SEDE.” Conselheiro Frederico Amaral e Silva: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Frederico. Leorges, SEGOV.” Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Elisa, Secretaria de Estado da Fazenda.” Conselheira Elisa Vieira Marques Brigagão Dias: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Elisa. Major Eduardo, CEDEC.” Conselheiro Major PM Eduardo Leal Silva: “Boa tarde, não estava presente na última reunião, me abstenho.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. CREA, Conselheiro Alírio.” Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Capitão Brito, PMMG.” Conselheiro Cap. PM Adenilson Brito Ferreira: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, capitão. Doutor Lucas, Ministério Público de Minas Gerais.” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada.

Hilcélia, Assembleia Legislativa de Minas Gerais.” Conselheira Hilcélia Reis Teixeira: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Ênio, representante do Ministério do Meio Ambiente.” Conselheiro Ênio Marcus Brandão Fonseca: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Conselheiro Licínio, Associação Mineira de Municípios.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mól Xavier: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Cleinis, da ACMinas.” Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Carlos Alberto, FAEMG. Lá no chat, favorável. Mário da FIEMG.” Conselheiro Mário Ferreira Campos Filho: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Thiago, Conselho da Micro e Pequena Empresa da FIEMG.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Leandro, FETAEMG.” Conselheiro Leandro Soares Moreira: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Júlio Nery, IBRAM.” Conselheiro Julio Cesar Nery Ferreira: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “CMI, Conselheiro Adriano Manetta.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Flávia Mourão, ABES.” Conselheira Flávia Mourão Parreira do Amaral: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Promutuca, Ana Beatriz. Deve estar com algum problema na internet. Conselheira Maria Dalce, AMDA, votou favorável no chat. Conselheira Maria Teresa, EPA.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Tobias está ausente. Conselheiro Professor Evandro, CEFET.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Abstenção, não estava presente na última reunião.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Professor Thiago, UEMG. Áudio está fechado, Conselheiro. Vamos ao próximo, depois a gente retoma. Ronaldo, Conselheiro UFLA.” Conselheiro Ronaldo Fia: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro João Augusto, ASSEMG.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Walkiria, OAB Minas Gerais.” Conselheira Walkiria Lima Ribeiro Machado: “Boa tarde a todos. Em que pese eu não ter representado a OAB na última reunião, o Doutor Guilherme passou a ata comigo e o voto é favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Professora Talita, ABRHIDRO.” Conselheira Talita Fernanda das Graças Silva: “Boa tarde, sou favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, professora Talita. Então aprovado.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Presidente, favorável, minha internet caiu aqui na hora.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Voto registrado, FAEMG.”

6. MOBILIDADE ELÉTRICA, MEIO AMBIENTE E MATÉRIAS PRIMAS EM MINAS GERAIS. APRESENTAÇÃO: ASSEMG - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE MINAS DO ESTADO DE MG. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Item **6** Mobilidade Elétrica, Meio Ambiente e Matérias Primas em Minas Gerais. Apresentação: Assemg - Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de MG. Conselheiro João Hilário. Conselheiro, você tem 20 minutos para a sua apresentação.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Mais uma vez boa tarde. Estou já com a apresentação pronta e vou tentar colocar na tela. Já apareceu a tela para vocês?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Já sim, agora descompartilhou.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Novamente. Ela tinha aparecido e descompartilhou. Voltou a aparecer?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ainda não. Você quer que a gente compartilhe por aqui, Conselheiro?” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Mande uma cópia exatamente para isso, se desse algum problema. Podemos usar a cópia que está com vocês, por favor.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Perfeito, Conselheiro. Compartilharemos aqui agora. Já está em tela, Conselheiro, fique à

vontade.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Esse assunto, devido à sua importância, fiquei esperando por algum tempo que ele viesse em pauta. Como ele não apareceu, eu resolvi falar um pouco sobre ele, até porque temos já discutido em alguns outros fóruns, congressos, seminários, e como ele tem uma conexão muito grande com a parte ambiental, acho que é uma oportunidade de abordá-lo aqui. Tem bastante material sobre ele, é fazer uma abordagem geral levantando os principais pontos para que, eu tenho quase certeza, nós vamos retornar a esses pontos muito em breve, inclusive acredito que nesse conselho. Me apresentando rapidamente nesse primeiro slide. Já está aparecendo esse sobre crescimento da população mundial, que todo mundo está vendo, como são dados que nós praticamente conhecemos, sabemos que isso está acontecendo, essas previsões, e a população crescendo com essa estimativa de atingir até 10 bilhões nos próximos anos. No próximo slide já podemos ver o efeito, um dos efeitos. Para mim não está aparecendo mais. Travou de novo? Isso. Um dos efeitos, que acredito que o slide está aparecendo para vocês, é essa figura de poluição nas principais metrópoles do mundo, até porque o crescimento está se dando em uma escala crescente e preocupante no próximo, podemos ver esse efeito, podemos ir passando, nessa cidade que fica até irreconhecível na imagem. Então essa cidade que aparece aqui para mim, até a gente acertar as telas, ela é praticamente irreconhecível, nós vamos voltar a vê-la um dia, menos poluída, mais na frente. Tudo isso são coisas que já conhecemos. Essa cidade ela está nesse Estado de Minas Gerais, um estado com seus 21 milhões de habitantes e já com 12 milhões de veículos, emitindo gás carbônico e outros gases poluentes, inevitáveis em carros movidos a combustão. Isso nós temos que ver, porque rodar 1 km/dia durante o ano, em um veículo, mesmo com o motor pequeno (2.0), já vai gerar em torno de 85 toneladas de gás carbônico/ano. Daí a razão, a importância da mobilidade, porque toda essa população, principalmente a urbana, precisa se movimentar usando transporte e, principalmente, no nosso caso, motor a combustão. Essa é a partição do uso de transporte em Minas Gerais. O transporte público atende a apenas 27% dos usuários, e vai terminar com a bicicleta, com 8%. Vou passar rapidamente, se for o caso depois a gente volta, podemos discutir qualquer ponto desse com mais profundidade. E aquela cidade mostrada antes, que não reconhecemos, é Belo Horizonte, aqui em um dia menos poluído desse ano. E o resultado disso? Não é apenas o impacto da foto, sabemos perfeitamente que não se trata só disso. Com o aumento da poluição, institutos mundiais, inclusive alguns no Brasil, começam a alertar para que esses materiais, principalmente, materiais particulados esses suspensos na atmosfera, provocam várias doenças, inclusive, com maior incidência de doenças cardíacas, derrame, asma, câncer e outras. Dentro dessa preocupação, a Agência Internacional de Energia, isso inclusive deve ter sido extremamente reforçado na COP26, quem esteve lá deve ter visto isso, já começa a se preocupar, estabelecer metas de redução do motor a combustão, que por enquanto estima-se em apenas 5% a participação dos veículos elétricos, de combustão ainda são 95%, e essa meta para 2030 é de já estar com 60% dos elétricos, e 2035 já não ter mais produção de veículos com motores movidos a combustíveis fósseis. Qual impacto de tudo isso? No Brasil, já temos desde motos rodando, veículos e até aviões projetados que ainda não estão voando. Motos sim, mas o custo de fabricação ainda é alto. E no mundo como um todo, salões de automóveis, tem exibido desde os veículos pequenos até de maior porte, todos os tamanhos, o que vamos ver mais para frente, e no Brasil, esses testes com veículos, que às vezes têm sido divulgados, mas nem sempre são acompanhados. Aqui tem as linhas de expansão do transporte, da mobilidade elétrica, que é principalmente ainda com base nos veículos híbridos, em que, só com essa configuração, a redução de emissões é da ordem de 40%, e também menos consumo de energia e combustível. E também já temos em Minas

Gerais, não muito longe de Belo Horizonte - hoje não estou falando daí - até locomotivas. Apesar de isso ter sido anunciado, sendo fabricadas em Minas Gerais, não se vê grande divulgação. Ainda continuando, para o futuro, já existe proposta de até montar a primeira fábrica de veículos elétricos da América Latina no Brasil, em Minas Gerais, próximo de Belo Horizonte. Tentando acompanhar o mundo desenvolvido, naquele caminho de redução da poluição pelo motor a combustão, e já passando por um projeto de lei de 2017 que nós temos parado aqui no Brasil, em que previa a praticamente proibição do motor a combustão em 2040, mas por enquanto é só um projeto que nós, preocupados e atentos com as questões ambientais, precisamos retomar e colocar isso, leis, regulamentos e iniciativas com esse intuito, esse objetivo, para que sejam discutidas e aprovadas e ajustadas, para que em 2050 atinjamos também esse cenário projetado pelo mundo desenvolvido. Reforçando, em Minas Gerais, já existe, inclusive, um grande Projeto de uma fábrica de veículos elétricos, tentando se instalar, com investimento previsto entre 20 a 30 bilhões, também perto de Belo Horizonte. Essa fábrica está sendo proposta por várias razões. Vamos passar muito rapidamente nos minutos que ainda nos restam nesta apresentação. De concreto mesmo temos esse ônibus, que foi lançado mês passado, já estamos em dezembro, eu utilizo o transporte coletivo de tempos em tempos, procuro usar sempre que possível, e ainda não tive a oportunidade de encontrar esse ônibus e mesmo na internet achar por onde ele está passando. Gostaria muito de experimentar, conhecer, é uma forma de viver isso que estamos falando. Algum dos senhores conhece, já andou nesse ônibus, tem notícia? Nós podemos depois voltar no assunto nos comentários seguintes. Só que esses veículos elétricos ou híbridos, principalmente os elétricos, dependem de uma peça extremamente importante que é bateria, nós estamos familiarizados com baterias pequenas, pilhas, mas ainda não estamos acostumados com bateria desse porte. Essa é de um veículo alemão, já importado e rodando nas ruas de Belo Horizonte. Não estamos acostumados, mas até usamos bateria e tudo, inclusive aqui nos veículos, nos ônibus, que é o foco principal da nossa apresentação, o transporte coletivo, principalmente, e aqui as quantidades de um dos materiais, agora já começo a falar de materiais, usados nas baterias, sendo o lítio um dos mais importantes, usado a partir de um dos seus compostos que é o hidróxido e normalmente apresentado na forma de carbonato equivalente (LCE). Essa figura, inclusive, eu tomei emprestado de um dos estudiosos da ANM, o Mathias Heider, um trabalho brilhante sobre o assunto, e lá também encontramos essa figura com as quantidades necessárias, do famoso lítio. Dos materiais necessários, que servirão como base para a mobilidade elétrica, e também ressaltando a importância da mobilidade, dos materiais e dessas considerações de abordagem em Minas Gerais, porque em Minas Gerais nós temos, praticamente, quase todos esses materiais necessários para fabricação desses veículos, a começar pelo aço, manganês e de outros que veremos mais para a frente. E temos, principalmente, metais e materiais necessários para a peça fundamental dos veículos elétricos, que é a bateria, e seu famoso lítio com seus parâmetros, propriedades, e uma delas é a baixa densidade, que é de 535kg/m^3 , metade da água, ou seja, se o lítio fosse estável na forma de um bloco de metal, flutuaria. E essa é uma das razões apenas para que ele seja tão empregado nas baterias de veículos elétricos (VEs). Na verdade, em todas as baterias. E de tempos em tempos, agora que bateria é assunto da moda, vocês vão estar vendo todo dia uma notícia de nova bateria, de sódio, de estado sólido, de nióbio, mas todas as baterias, por enquanto, as que conheço, ainda necessitam de lítio. E é por causa disso que olha, a previsão do consumo desses materiais, estamos apenas em 2021, por enquanto, deverá aumentar de forma exponencial. Então já está havendo no mundo uma corrida por esses materiais. Infelizmente, em alguns lugares do mundo onde eles ocorrem, temos vários problemas. Aí é que os olhos do mundo estão se

voltando para o Brasil, Minas Gerais, especificamente essa região do Nordeste de Minas Gerais, onde o Serviço Geológico Nacional vem fazendo um trabalho brilhante e concluiu na virada da última, já há cinco anos, que as nossas reservas de lítio passariam de menos de 1% das reservas mundiais para em torno de 8%, isso em uma primeira abordagem. Na última reunião da CPRM, já estão propondo, e deverão divulgar, ampliação desse estudo dos minerais dessa região, Leste e Sudeste desta região mostrada no mapa, com foco, inclusive, no lítio, com grande chance, ou alguma chance de ampliar essas reservas. Aí está o lítio, do qual eu vou falar pouco, por causa do tempo. O lítio ocorre nesses minerais. No caso brasileiro, em Minas Gerais, principalmente no espodumênio. As regiões onde ocorrem, principalmente as áreas estudadas e já confirmadas, estão na região do Nordeste de Minas, no Vale do Jequitinhonha e um pouco no Vale do Mucuri. Com estudo elaborado pelo Serviço Geológico Brasileiro (SGB/CPRM) e também o Plano Estadual Mineração (PEM) da Diretoria de Mineração da SEDE. Esse estudo é extremamente importante, porque ficamos muito tempo sem ter nada semelhante para o Estado de Minas Gerais, que foi durante 300 anos o maior produtor de matérias-primas minerais do Brasil. Perdeu recentemente, em 2019, por razões que não vem ao caso, mas ainda é um dos grandes produtores, com muita tecnologia, muito conhecimento, Minas detém ainda um patrimônio mineral muito grande, e agora se torna extremamente importante nessa janela de oportunidade, que vai suportar a indústria dos veículos elétricos para a mobilidade e redução da poluição. Redução da poluição que já mata, no mundo, de 7 a 10 milhões de pessoas por ano. E em uma cidade do porte de Belo Horizonte, no mínimo, de acordo com os estudos que eu tive acesso, no mínimo 1 pessoa por dia, além dos danos à saúde e custos médicos e outros, desconforto, redução na expectativa de vida e por aí fora, não vou aprofundar nesse assunto. Em Minas Gerais onde está a província do lítio e outros materiais conforme veremos, nós já temos especificamente para o lítio, desde os minerais, as pesquisas geológicas, as minas subterrâneas e a céu aberto também, e vamos até, eu gostaria de reforçar bem esse ponto, em Minas Gerais nós temos toda a tecnologia para a produção dos compostos de lítio até os produtos já prontos, para entrar na composição final dos elementos da bateria, principalmente hidróxido e carbonato grau bateria, com alta pureza, e aqui são produtos em laboratório com grau de pureza de até 99,5%, ou seja, até 99% dependendo do tipo, esse é hidróxido e o carbonato, extremamente puros. Razão pela qual está atraindo interesse do mundo, porque além de termos lítio, nosso lítio é de uma qualidade superior, por ter menos contaminante. Então até onde se entende, produzirá baterias da mais alta qualidade, mais competitivas, mais duráveis, com menos risco de explosão, e com um dos pontos altos que seria carga e recarga, ou seja, um lítio mais puro, um lítio produzido próximo aos centros de consumo no Brasil, com um custo de frete mais baixo e competitivo, tendo por essa razão, papel extremamente importante nesse novo cenário, além dos outros materiais. Essa é uma das razões, porque o lítio já está assinando contrato de venda de longo prazo, não nessa forma, mas na forma daquele mineral que mostrei lá atrás, com grau de conteúdo em lítio muito baixo, ou seja, aquela rocha, o mineral espodumênio, varia de 3 a 6% de lítio, e os concentrados produzidos com ela, normalmente tem menos de 3. Então é uma área que temos que olhar com muita atenção para que não venhamos a exportar esse material com grau de concentração baixo, menos de 3%. Por exemplo, quem está comprando é a própria China, que já colocou como meta, no seu planejamento estratégico, dominar pelo menos 50% da indústria automobilística de veículos elétricos do mundo. Na verdade, no futuro, provavelmente teremos na indústria automobilística uma predominância de veículos elétricos ou híbridos. Motores a combustão, até onde se enxerga, estão condenados a desaparecer. E nós já tivemos quase a quinta indústria automobilística do mundo, então temos de entrar rápido nessa janela usando esse fator diferencial de

vantagem, que é ter esses materiais disponíveis, aproveitar a oportunidade, do contexto favorável incluindo bens primários e concentrarmos esforços na implantação desta fábrica de baterias e VEs. O planejamento para estas ações começam com a revisão, do PEM. Já foi lançada a segunda revisão, acredito agora, até perguntei para o Renato na última reunião, como está aquela consultoria holandesa que estava sendo contratada para o planejamento estratégico, até onde se entende com foco maior em minério de ferro e nas barragens, que é outra questão extremamente importante. Mas voltando ao foco nos materiais estratégicos para mobilidade elétrica, isso precisa ser revisto, e temos falado em vários fóruns, de uma forma mais detalhada, sobre essa questão. Senhores, temos desde o lítio que já estão sendo apontadas como 8% das reservas do mundo, que poderá chegar a 10%, nós já temos toda a tecnologia para chegar até o grau de 99% de pureza de produtos prontos para fabricação de componentes de baterias. Já temos então essa iniciativa de montar a fábrica de baterias e veículos elétricos, temos universidades entre as melhores da América Latina, laboratórios, então isso tudo precisa ser juntado, reunido, criando um efeito sinérgico para que montemos nossa indústria de veículos elétricos e reduzimos a nossa poluição, conforme aquela imagem que nós vimos de Belo Horizonte, em dias de inversão térmica, por exemplo, em que os números, apontam os estudos, que essa poluição provocada pelo transporte em Belo Horizonte, podem contribuir com até 60% de todas as partículas venenosas e gases na atmosfera. Esse ponto não é o objetivo, mas eu reforço que tem que ter muita atenção, e é um ponto que tem que ser resolvido a curto prazo, até porque o mundo civilizado está andando todo nessa direção. Por causa do tempo eu vou andar um pouco mais, só passar rapidamente esses estudos com base de dados da ANM e, inclusive, da SEDE, onde está a nossa produção de lítio. De acordo com esses dados, a produção ainda é pequena em relação ao nosso potencial. Uma coisa muito estranha, ela vinha crescendo até 2009, com a crise econômica daquele ano ela caiu para metade e ainda não retomou, tornando-se um ponto de atenção, principalmente da área mineral. E agora já passamos para outro metal, que com certeza todos já ouviram falar, que é o nióbio. Só lembrando aqui que o nióbio também entra para produzir ligas mais resistentes e leves, desde a fabricação do carro, estando com pesquisas avançadas e estudos para o desenvolvimento de uma superbateria com o metal, além de uma série de outros empregos na indústria. Não é o objetivo nem temos tempo para detalhar aqui. Do nióbio, é importante lembrar que nós temos quase toda a reserva de nióbio do mundo, em Minas Gerais e Goiás. Em Minas Gerais nós temos 80% de toda a reserva do Brasil, isso números de 2010. Não quis usar números novos, embora as empresas já tenham avançado com esses levantamentos, já têm números novos, mas eu prefiro usar os números que já estão no nosso Plano Estratégico Mineral (PEM), que são oficiais, embora tenham mudado um pouco. Ainda sobre o nióbio, produtores, Brasil e Canadá. O nióbio já está um pouco mais na frentena verticalização de sua cadeia produtiva. O nióbio tem sido aplicado em produtos de alta tecnologia, é um ponto que por uma questão de tempo, eu também não vou aprofundar aqui, mas precisa ser discutido. Em algumas passagens do desenvolvimento e tecnologia do nióbio, que Minas Gerais precisa olhar, e já está mais na frente. O nióbio já está quase que, além de já vender o produto acabado, liga, para o mundo, no limite do que se pode fazer, ou seja, avançar na indústria de transformação, o nióbio vem desenvolvendo novos materiais e algumas patentes. Outro material extremamente importante é a grafita. Grafite-grafita. A grafita pode também ser matéria-prima para o grafeno, que entra em nossos produtos tecnológicos e também nas baterias, de alguma forma. O grafite de Minas Gerais, a grafita, as reservas, de acordo com a ANM e com os estudos da SEDE, inclusive, quem tem trabalhado muito nisso é a Maria Eugênia - ela e sua equipe que produziram esses desenhos que estou usando - mostra que também a

grafita ocorre naquela região próximo do lítio, lá no Nordeste de Minas Gerais, na região de Teófilo Otoni. Um pouco em Divinópolis e um pouquinho perto de Belo Horizonte. O objetivo não é aprofundar em metal por metal, isso é uma palestra a parte, apenas dar uma ideia e levantar alguns pontos de atenção. Aqui estão os locais onde se encontra o parque produtivo da grafita. São outras matérias extremamente importantes que são os Elementos Terras Raras (ETRs), em que o Brasil, é um dos poucos países, que dispõe de áreas e reservas minerais próximas as da China. Só que isso aqui tem toda uma questão de tecnologia que precisa também ser desenvolvida. Existem vários esforços já, inclusive Minas Gerais, do Brasil, nessa linha, mas a China se encontra muito na frente no processamento desses Elementos Terras Raras que ocorrem principalmente na região de Araxá e Poços de Caldas com algum investimento na produção. Precisa se investir muito nisso para que acompanhamos o desenvolvimento de utilização desses materiais hoje nos padrões mundiais, temos de correr muito, prestar muita atenção e andar nesse sentido. E por quê? Porque um dos nossos problemas, inclusive reclamam muito da mineração em Minas Gerais, porque um dos nossos problemas é que nós produzimos muitas matérias-primas, veja por exemplo minério de ferro, um dos melhores lugares do mundo, em termos de qualidade, até 68% de ferro e exportamos e em alguns casos compramos até pregos e enxadas de volta, ou seja, tivemos a maior produção no passado, perdemos o primeiro lugar na produção, poderíamos ter desenvolvido mais na indústria do aço na sequência, e se não tomarmos cuidado em Minas Gerais, vamos perder o primeiro lugar da produção de aço no Brasil para outro estado que não tem nenhuma mina de minério de ferro. Então no caso específico desses materiais, principalmente no lítio, temos de correr, prestar atenção, montar esse nosso planejamento e integrar a cadeia da indústria de transformação para que saíamos do nosso índice baixíssimo hoje da indústria de transformação, que é da ordem que chegamos a uma queda de 10%. Já estou terminando. No caso específico desses materiais, e principalmente do lítio, temos que estudar toda essa cadeia detalhadamente para estabelecermos as políticas, estimularmos o desenvolvimento, e que não venhamos daqui a 5, 10 anos, porque o tempo agora na indústria passa mais rápido, estarmos exportando um pseudoconcentrado com menos de 3% de lítio a menos de 5 reais o quilo e comprando baterias por 100 vezes mais caras da China, e estrangulando antecipadamente essa nossa indústria automobilística de veículos elétricos, que ainda nem nasceu. Precisa ser ajustado esse elo da cadeia, principalmente para o lítio, mas para todos esses materiais. Já para encerrar, todos esses assuntos vêm sendo discutidos nos congressos, esse foi o congresso de engenharia em setembro, em que nós tivemos apresentações e debates especificamente e, principalmente, sobre lítio, no COBENGE desse ano. Um dos itens era a parte de transporte. Eu participei de uma mesa redonda de duas a três horas com a Universidade de Ouro Preto e UFMG, como já disse, investidores estão propondo montar a primeira fábrica de veículos elétricos da América Latina nas proximidades de Belo Horizonte. Muita atenção para isso. Além desse congresso, COBENGE, estamos participando da montagem do COBRAVE, que é o Congresso Brasileiro de Veículos Elétricos, que seria em novembro, mês passado, em Florianópolis. Minas Gerais foi convidada para montar o painel de matérias-primas, inclusive, junto com o Ministério de Minas e Energia, e achamos que na montagem desse congresso deveria ter participação direta também do Estado de Minas Gerais, que aproveito para convidar um representante do Estado para participar, primeiro Congresso de Veículos Elétricos do Brasil. Inclusive foi adiado, porque estávamos reservando aquele conceituado espaço de eventos, o CentroSul de Florianópolis para sediar esse congresso, onde viriam os fabricantes que já estão colocando veículos a venda no Brasil. BMW, Porsche, Volvo, Bravo, para mostrar os veículos, haver exposição de pilhas, baterias e outros tipos de componentes, e o elo muito

importante que são os postos de recarga. Seria uma grande estrutura, mas com receio que devido às restrições da pandemia, de repente a Ômicron, alguém chegasse e mandasse parar tudo, encerrando assim, tivesse um alto e impagável custo, sem que acontecesse o congresso. Na última reunião que nós tivemos, decidimos por adiar para o ano que vem. Além do COBRAVE e do COBENGE, mais à frente vou falar em um congresso que já começou a ocorrer, um seminário internacional que terá também semana que vem, vou aproveitar para convidar os senhores, mais na frente. Mas eu queria aproveitar só mais uns minutos, para reforçar o ponto aqui extremamente importante, que temos falado sobre ele, que são esses materiais, essas reservas, os novos projetos estão sendo desenvolvidos dentro dos padrões internacionais da mineração sustentável, inclusive do ESG, que muito falaram lá na COP26, que é exatamente para maximizar a oferta de materiais de qualidade, matérias-primas, sem as matérias-primas não se faz nada, não se fabrica quase nada. Tudo que nós vamos fazer no mundo moderno da indústria depende de matérias-primas, repetindo o óbvio, mas uma produção de forma sustentável, desde o projeto. Eu posso falar nisso porque, por onde eu trabalhei nas últimas décadas, por exemplo, em uma das minas, tínhamos um cuidado muito grande, inclusive, com a água, cristalina, canalizada, essa água dessa mina era usada por uma população de 6 a 10 mil pessoas, e para chegar nesse cuidado com a água, eu queria mostrar um ponto da discussão da reunião passada, que do consumo de água do Brasil, a fonte é a ANA, Agência Nacional de Água, dos 1.100m³/segundo de água consumido no Brasil, a mineração consome-se menos de 1%, conforme dados da ANA. E também a mineração ocupa menos de 0,1% de todo o território nacional, apenas essa fração. E, além disso, a mineração sustentável da qual estamos falando, olha o exemplo dela aí, isso já foi mostrado em vários congressos, isso era aquela antiga mina do Parque das Mangabeiras, e que resultou nesse maravilhoso parque, cercado por floresta, principalmente o pessoal do meio ambiente pode atestar a qualidade dessa floresta, a área preservada também pela mineração. Além de outras florestas preservadas pela mineração conforme foi muito bem apresentado pelo pela Fiemg e reforçado pelo Ibram, em uma reunião anterior, da preservação da Mata Atlântica, Mata Original e florestas do quadrilátero ferrífero, que é a área mais minerada desse país. Ainda continuando, falta pouco, esse é o parque. Quando forem lá, por favor, observem bem como se encontra e lembrem que ali já foi uma mina. E não confundam com a mineração ilegal. A mineração que nós estamos falando, trabalhando e que nós temos as melhores escolas, universidades, melhores cursos, entre os melhores do mundo, não é isso. Não é a mineração ilegal, por favor, não confundam com a mineração ilegal. Estamos falando da mineração sustentável. E para encerrar, eu convido todos vocês para participarem desse seminário. É um Seminário Internacional da Gestão Ambiental da Mineração, com visão 360 graus. Esse seminário começou dia 29 e 30 de outubro, está sendo promovido pela SOBRADE, do Paraná. E nos pediu para organizar com Minas Gerais, que ainda tem a tradição mineira, apesar de estarmos na produção na ordem do segundo lugar, nos pediu para organizar 1 dia, um painel, no dia 9, vocês estão convidados. Vai ser do CREA, parte presencial, parte por videoconferência, então estão convidados.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro, eu queria te pedir, por favor, para concluir, em função da nossa pauta. Obrigada.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Já concluí, esse é o último, 30 segundos. Caso estejam interessados posso mandar o convite e gostaria muito que vocês participassem, inclusive dos debates. Por último, inclusive a razão de estar insistindo para fazer essa apresentação, nós temos de, conforme foi amplamente discutido da COP26, que eu não pude participar pessoalmente, gostaria muito, Secretária, de ter participado, nós não podemos continuar fazendo isso com nossas cidades, principalmente devido ao transporte, hoje cada um quer ter um carro, nós precisamos de um carro para

transportar 100kg, a moda agora é ter carros de 2 toneladas para transportar uma pessoa só. Mas isso é outra questão, isso é discussão de transporte. Por último agora, não podemos continuar fazendo isso com as nossas cidades, obviamente, e nem para o mundo que vamos deixar para nossos filhos. Então gostaria de dar apoio real a essa nova geração que está gritando pela melhoria da qualidade de vida do mundo e a redução da poluição. Secretária, só mais esses segundos, já encerrei, agradeço a atenção de vocês e caso queira mais algum detalhe do que foi apresentado muito rapidamente, foi um passeio, estou à disposição. Muito obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Conselheiro. Pergunto se algum Conselheiro quer fazer alguma pergunta, alguma colocação. Por favor, Evandro, à vontade. Depois Maria Teresa também inscrita.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Gostaria apenas de dar os parabéns por esse trabalho maravilhoso. E me fez remeter ao meu passado, meu início de profissional como geólogo, que trabalhei com Odúlio José Marensi, lá na METAMIG, e nós éramos responsáveis pelo projeto Pegmatito no Leste de Minas Gerais, onde fomos um dos primeiros a caminhar em cima desse espodumênio, dessa petalita, dessa amblygonita, dessa lepidolita naquela região. Nós tínhamos sede em Galileia e também lá para cima, Itinga, Araçuaí, toda aquela região. Só chamando atenção de que na época eram pegmatitos explorados na forma de garimpo até chegar a CBL, que começou a industrializar em função de trabalhos de pesquisa geológica que quantificaram e mostraram a presença do lítio naquela região, e também temos aqui na região de Galileia, etc, de espodumênio, mas a grande província de lítio nossa está lá em cima, parabéns. Parabéns por estar chamando atenção de estarmos exportando garimpo e comprando indústria de primeira tecnologia. Lembro que nos anos 50 nós fomos os maiores exportadores de quartzo no Brasil. Brasil maior exportador mundial e nós, Minas, o primeiro no país. Exportávamos quartzo bruto e comprávamos fibra ótica, compramos, chips de computador e assim por diante. Então, acho importantíssimo revertemos, porque já tentaram fazer na época da Açominas de trazer para dentro de Minas Gerais o desenvolvimento, a industrialização do minério do ferro, também o nosso garimpo tem nos dado essa oportunidade, nós somos os maiores produtores de quartzo do mundo, e infelizmente exportamos como pedra bruta a 1 dólar, 2 dólares, no máximo de qualidade a 6 dólares, e depois compramos um condutor a 1.000 dólares o quilo. Então parabéns pelo seu trabalho, e temos muitos registros, ou deveríamos ter, muitos registros na METAMIG, depois COMIG e hoje CODEMIG, com relação a esses nossos trabalhos em toda a área de pegmatito de Minas Gerais, com destaque, eu mesmo trabalhei, ontem estava conversando com o Dúlio, lembrando de um pegmatito que nós trabalhamos em Itinga para polucita, que é o minério de cério, onde nós fizemos uma pesquisa de um pegmatito naquela região e que tinha lítio e assim por diante. É uma grande província de lítio, em minerais que não são abundantes como o minério de ferro, mas que são importantíssimos, porque são eles que estão trazendo essa tecnologia avançada das nossas baterias e muitas outras coisas. Parabéns por esse trabalho que você nos colocou, fico muito feliz.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Conselheiro Evandro. Próxima Conselheira inscrita, Maria Teresa.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Assisti com muita atenção, o cenário é aterrador, não é? Porque Minas Gerais já vive o que vive com os minerais que até hoje vêm sendo explorados com essas novas ondas, e com a mesma justificativa, que é a melhoria. Tem que ser outra lógica, não é repetirmos a lógica automobilística e muitos automóveis, e dessa vez movidos a eletricidade. A gente esse mês viu uma matéria no jornal, na revista Dinheiro, inclusive, falando que carros elétricos emitem 70% mais gases do que os convencionais. É uma área nova para nós que estamos nesse enfrentamento à mineração. O que a gente vem testemunhando é que sai época de uma determinada matéria-prima que está na moda, depois vem uma outra, e sempre

com as mesmas justificativas baseadas em novas tecnologias, sempre agora o discurso é uma mineração sustentável, precisamos garantir a demanda das gerações jovens para o futuro. E meu Deus, como a gente continua escutando isso? Porque a demanda no planeta Terra para quem quiser escutar é que haja uma nova ordem, e uma nova lógica, não a manutenção da mesma lógica, porque a lógica automobilística de carros e mais carros nos trouxe o problema do planeta todo que nós conhecemos. Não é substituir carros de um tipo de combustível por elétricos que vai resolver o que o planeta Terra precisa para garantir a sobrevivência da vida e da humanidade. É uma outra lógica que não seja, por exemplo, no caso dos carros, que seja transporte coletivo de qualidade, para que ninguém precise, de repente, salvo exceções, ter um carro, porque aí não haveria necessidade de tantos impactos quando é para fazer ampliações de BRs ou novas BRs, é uma outra lógica. Eu só queria me manifestar que não é por aí, e principalmente, quando o interesse econômico continua sendo baseado no acúmulo de lucros. Várias vezes falou em exportação, não se falou em nenhum momento o que significa a extração de lítio, nióbio ou de Terras Raras para o meio ambiente, as águas e populações, inclusive, para esses jovens e as crianças que estão nascendo. Então, é uma outra lógica. E a economia deveria finalmente acordar que essa lógica atual está sendo responsável pelo que estamos vivendo no planeta Terra. Não adianta continuar pensando a economia e as tecnologias a partir do aqui e agora sem fazer uma avaliação realmente transparente, correta, sobre as suas implicações para o meio ambiente e para as futuras gerações. É isso.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Posso responder? Eu não vou me alongar, Conselheira Maria Teresa, essa discussão a gente já tem tido em outros fóruns, e nós podemos voltar nela, mas eu vou me alongar muito na resposta. Quando se está falando na lógica e bom senso, a lógica e bom senso seria, por exemplo, eu te pediria para fazer um teste. Parar de usar produtos feitos com materiais produzidos a partir da mineração. Tenta para ver se é possível. Esse equipamento que a senhora está usando com certeza usa lítio, e outros. Qualquer lugar que a senhora for se movimentar ou tiver de ir ao médico, a qualquer lugar, nos próximos dias ou que foi nos últimos dias, dependeu da mobilidade sim. A senhora viu lá no levantamento de Minas Gerais que apenas 8% da população do Estado de Minas Gerais anda a pé, talvez a senhora pertença a esses 8%. Eu acredito que não, mas não vamos entrar no mérito da questão. Já que é inevitável a civilização, o mundo, as novas gerações não poderão viver sem os produtos produzidos a partir das matérias-primas, e nós, Conselheira, também não temos dinheiro para comprar matérias-primas, importar, então já que essa é a prática, essa é a lógica, já que não existe espaço para se pensar no Estado de Minas Gerais, já que estamos falando no Conselho do Estado de Minas Gerais, para se viver sem consumir matérias, ou comprar para não ter de produzir matérias-primas, não existe. É um absurdo que eu nem vou gastar nosso tempo discutindo. Já que não há possibilidade de viver em um mundo atual, fora das cavernas e sem consumir a toda hora em nossas vidas, produtos que só podem ser feitos com matérias primas, já que não temos dinheiro para importar espodumênio ou hematita, então vamos usar o nosso conhecimento e recursos e produzir de forma sustentável e com a melhor qualidade possível. Inclusive peço para me mandar esse artigo que fala que o carro elétrico polui mais que o a combustão, eu não vi isso em lugar nenhum, em nenhuma instituição séria, ou nenhum especialista ou profissional que pesquisou o tema escrevendo isso. O carro elétrico já começa gerando menos CO² desde a sua produção. Os estudos feitos nesse sentido já demonstram que a geração de CO² na produção de um carro do mesmo peso, para mesmo transporte, entre o elétrico e a combustão é 40% maior para combustão. Durante toda a sua vida útil, para uma mesma distância de transporte, o uso do carro elétrico deverá consumir menos da metade da energia, porque a eficiência dos motores elétricos nos permite uma

utilização de energia mais completa, até 3 vezes em alguns casos. Mesmo conseguindo reduzir o consumo, alguma poluição será emitida para a produção da energia, seja a eólica, solar ou hidrelétrica, necessária para o transporte público e a mobilidade dos cidadãos, entre outras finalidades, como por exemplo estarmos falando aqui. Não tem como evitar, só que esta poluição residual e inevitável vai ser deslocada para fora dos grandes centros. Os índices de poluição serão reduzidos com o impacto positivo ou reduzido o impacto negativo da saúde, inclusive, dos nossos filhos e netos, por quê? A senhora deve saber - quais são as cidades extremamente poluídas, começando por Nova Delhi. As campeãs entre as 10 ou 20 mais poluídas do mundo, não sei se a senhora sabe qual o lugar está Belo Horizonte, está entre as 500 mais poluídas do mundo. Na última vez que passou lá naquele quadro a medição da poluição, ela estava em 467ª, é uma cidade poluída! Então, o que nós estamos propondo é reduzir de imediato, de uma forma lógica, essa poluição, e ainda ter cuidado, desde a produção de matérias-primas, desde o início. Outra coisa, esse lítio gerado é reciclável, é tão caro que vale a pena reciclar. As próprias empresas estão trabalhando na economia circular para reciclar todas essas baterias, elas coletam de volta, está sendo montado um sistema nesse sentido. Ou seja, muita coisa correta já está sendo feita e muita coisa correta ainda pode ser feita, e é nisso, Conselheira, que nós estamos empenhados, desde a geração da matéria-prima.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Só queria, antes de passar ao Conselheiro Júlio Nery, fazer também uma breve colocação. Como foi falado, nós estivemos representando o Governo de Minas, coordenando a delegação de Minas na COP26, que o governador também esteve presente, inclusive, bom referenciar, o primeiro governador de Minas a participar de uma COP, o primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais a participar de uma COP, demonstrando não só a importância da agenda ambiental para o governo, e especialmente o Governador Romeu Zema, mas também esse compromisso mútuo que a gente tem construído com o setor produtivo no Estado de Minas Gerais. Na próxima reunião do COPAM eu quero fazer uma apresentação primeiro sobre nossa participação lá, e sobre os desdobramentos que vai gerar e que tem gerado já, na verdade não foi apenas a participação, inicia com o (trecho incompreensível) assinado com o governo do Reino Unido que gerou todo esse trabalho que a FEAM tem feito junto conosco de reestabelecimento de uma política forte de mudanças climáticas. Depois a adesão à campanha ‘Race to Zero’, também ineditamente assinada no Estado de Minas Gerais pelo Governador Romeu Zema com o Presidente da FIEMG e o Presidente da FAEMG, ou seja, um compromisso mútuo na descarbonização da economia do Estado de Minas Gerais. E política de mudança climática ela não é apenas a política de descarbonização que o compromisso já está assinado até 2050, a gente chegar a neutralidade entre emissões e capturas de gases do efeito estufa, mas também com ações de mitigação, de adaptação, considerando os impactos que já ocorrem, a FEAM tem um trabalho brilhante, não sei se todos conhecem, mas entra no site da FEAM e vê, todos os municípios foram avaliados do ponto de vista de vulnerabilidade às mudanças climáticas e a gente precisa tratar essas questões. Quando a gente olha o nosso inventário de 2014, não precisa apenas olhar o inventário de Minas, que inclusive está sendo atualizado, mas olhar os dados brasileiros, nós temos três setores chave a serem trabalhados. Primeiro setor é o da energia. Quando a gente destrincha o setor da energia, o setor mais importante, o subsetor dentro do setor energia, é transportes. Queria referenciar a importância dessa apresentação do Conselheiro João Hilário, com uma visão inovadora de solução de engenharia, de solução tecnológica, para ações de minimização de emissões de gases de efeito estufa no Estado de Minas Gerais, e esses caminhos nós vamos traçar agora muito pragmaticamente junto com a Fundação Estadual do Meio Ambiente, para que a gente possa de fato cumprir o compromisso assinado pelo

governador, em conjunto com a FIEMG e a FAEMG, de descarbonização da economia do Estado de Minas Gerais. Então, Conselheiro, eu queria também fazer essa breve fala, te agradecer pela apresentação, e que a gente possa de fato ter, aqui no COPAM, ações como a sua, de proposição, de trazer temas importantes para a construção da agenda ambiental no Estado de Minas Gerais. Passo então a palavra ao Conselheiro Júlio, IBRAM.” Conselheiro Julio Cesar Nery Ferreira: “Obrigado, Secretária. Queria seguir nessa mesma linha, primeiro cumprimentar o estado, FIEMG, FAEMG, não só pela participação, mas pelas posições assumidas na COP, principalmente nessa ‘Race to Zero’, que é tão importante essa luta contra as mudanças climáticas. E também elogiar as palavras do João Hilário e as palavras do professor Evandro a respeito dessas províncias de minerais, principalmente no Nordeste de Minas. Nós temos em Minas Gerais dois produtores de lítio, que é a CBL lá no nordeste e no Sul de Minas temos outra produtora aqui em Nazaré, e temos também um grande projeto que lá está se implantando no nordeste, é importante essa produção, que como disse o João, a gente tenha condições de ter uma produção competitiva do carbonato de lítio. E também essa referência feita ao nióbio, temos muitas pesquisas, hoje, de baterias baseadas no nióbio, e outras também mineradoras pesquisando baterias a partir do vanádio, e são bastante importantes não só para veículos, mas para essa economia futura de mudança na matriz energética, isso é uma solução bastante importante e necessária para o futuro. Não só para veículos individuais, mas também para transporte público. A gente tem trens que a gente espera que se desenvolva mais no Brasil, e o transporte coletivo. Gostaria de agradecer a oportunidade dessa fala e cumprimentar o João e o Evandro pelas colocações feitas e de novo parabenizar o estado pelas posições assumidas na COP. Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Júlio. Além do estado, quero aqui também referenciar, foi anunciado pelo Presidente da FIEMG junto com o governador, na COP, que será feito o mapeamento das emissões e capturas das 200 maiores indústrias do Estado de Minas Gerais, que será uma base importante para definição dessas metas de neutralização. De fato, o que a gente tem observado, hoje de manhã inclusive eu reuni com o professor Rajão para a gente pensar também em algumas parcerias em relação à pecuária, junto com a SEAPA e a FAEMG, que a gente tem hoje uma grande integração dos setores produtivos com o governo do Estado nesta pauta da descarbonização da economia no Estado, e isso nos traz muita esperança de que a gente possa atingir esses resultados o quanto antes. Mais alguém? Conselheiro Evandro.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Só para complementar, nós estamos lutando para diminuir a energia hídrica, estamos buscando agora a fotovoltaica, que maravilha. Precisamos de quartzo. Quartzo é o mineral na natureza que mais armazena energia, o gálio também, só que o gálio na hora que entra em contato com a atmosfera, se desintegra. Então precisamos de quartzo para melhorar nossa qualidade de vida com relação à geração de energias. Não devemos pura e simplesmente contestar a mineração sem saber como usar a mineração. Nós temos minerais industriais, como é o caso do lítio, que muitos pais trabalham ali felizes da vida, porque na década de 80 eles ofereciam as suas filhas à prostituição para ter arroz na mesa, e hoje eles têm um emprego dentro de uma mineração, então acho que tudo isso tem que ser levado em consideração em como falar de impactos ambientais dentro de uma gama de profissionais que hoje usam a geologia para minimizar os impactos ambientais. Não vou falar de Brumadinho, não estou falando de nada disso, estou falando de minerais industriais onde foi minha carreira ao longo desses 40 anos de profissão. Então lembrem-se de que um quartzo é o chip do seu computador, e a senhora usa computador. Então muito obrigado e desculpe.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vou encerrar esse ponto de pauta, agradecendo mais uma vez o Conselheiro João Hilário pela contribuição a esse Conselho.” **7. SISEMA - REALIZAÇÕES 2021 E**

PLANEJAMENTO 2022. APRESENTAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD); FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM); INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF); INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM) E AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ARSAE-MG).

Presidente Marília Carvalho de Melo: “E vou passar ao próximo ponto de pauta. Próximo ponto de pauta é uma apresentação sobre só principais resultados da gestão do Sisema 2021 e alguns pontos sobre o planejamento para 2022, porque nós temos 15 minutos de apresentação para cada um dos subsecretários e das indiretas, não seria possível a gente apresentar, mas selecionamos aqueles mais representativos para que os senhores conheçam. Eu vou iniciar pela Secretaria de Meio Ambiente. Na sequência, a ARSAE, a nossa agência, representada pelo seu Presidente Antônio Claret, na sequência a Fundação Estadual do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Florestas e IGAM por último para não falar que eu privilegio o IGAM sempre, viu Marcelo? Então vamos lá, vamos começar, Rodrigo Franco, pela ordem ali. Cada subsecretário vai apresentar sua pasta. Rodrigo Franco, por favor, Subsecretário de Gestão Ambiental.” Rodrigo Franco, SUGES/SEMAD: “Boa tarde a todos, boa tarde, Secretária, a quem cumprimento todos os meus companheiros do SISEMA. Boa tarde a todos os Conselheiros, em nome do meu amigo Licínio Xavier, da querida ANM por onde passei, prazer estar aqui com vocês mais um ano, e estava pensando agora há pouco, é o primeiro ano que nós realmente conseguimos passar pela Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento com execução de um planejamento e a execução realmente desse planejamento feito durante o período. Quando nós chegamos, de maneira estrutural, nós fizemos um rearranjo, e nesse ano realmente foram as realizações que nós conseguimos planejar e executar de maneira mais uniforme. As realizações de 2021, primeiro a proposta de unidades regionais de saneamento encaminhado à Assembleia. Essa talvez seja nossa melhor agenda ou a prioritária nesse sentido na nossa Subsecretaria, que são as unidades regionais de saneamento vindas do nosso novo marco regulatório da Lei 14.026, que estabeleceu a obrigatoriedade dos estados de criar, a partir de um ano da publicação, isso venceu em julho deste ano, para estabelecer as unidades regionais de saneamento. O que são elas? São adensamentos de municípios na capacidade de viabilizar técnica e economicamente a possibilidade da chamada universalização do saneamento em todo o Brasil. Hoje ainda temos um grande desafio em Minas Gerais, graças a um grande esforço da Secretária, deste governo, do SISEMA e de todas as unidades administrativas, conseguimos grandes avanços, mas somente pela capilaridade do estado, pelas características através das unidades regionais, e essa proposta foi encaminhada em julho para a Assembleia Legislativa e está em análise do PL 2284, onde esperamos que a proposta seja apreciada e com certeza trará grandes resultados para Minas, a possibilidade que nós tenhamos de criar as unidades regionais e buscar a universalização, que são os 90% de coleta de tratamento de esgoto e 99% de abastecimento de água e o fim dos lixões até 2024. Os resultados como eu disse, apoio aos municípios nós batemos algumas metas importantes e recordes, com 452 municípios regularizados com a RSU, e 71% da população urbana atendida com destinação final. Nós pegamos com 360 lixões e reduzidos já, esses dados de outubro, para 321 lixões em Minas Gerais. Mantivemos 83%, não está aí, mas de abastecimento de água também da população urbana. Outra entrega importante foi agora o edital de seleção do consórcio, com valor de R\$ 3.240.022,58, onde nós selecionamos consórcios para prestação de serviços de coleta seletiva, onde são quatro projetos CIMBAJE, COMAR, CIDES e o CODANORTE, nós tivemos 10 consórcios de saneamento participando. Hoje nós temos uma relação muito profícua, muito importante com os consórcios que fazem esse canal

com a Secretaria para que a gente possa, repito, trabalhar com essa dimensão, com a capilaridade que Minas Gerais tem em relação aos seus municípios. Programa importante que nós ativamos em nossa chegada, como eu disse, esse ano foi o primeiro ano que nós conseguimos planejar e nós conseguimos pôr esse edital na rua, que é o edital da perfuração dos 100 poços artesianos em 44 municípios. Nós até fomos impactados pela questão da COVID, então nós perfuramos 22 poços artesianos e tivemos em nove municípios, e agora nós vamos pegar mais firme esse ano para que a gente possa finalizar até dezembro, em parceria com a COPASA, que as perfuratrizes ficam em termo de parceria com a COPASA. Outro caso que nós herdamos também, os cinco municípios da Lago, Ilícinia, talvez o mais complexo e um grande da Secretária, desse governo, nós conseguimos elencar o recurso que faltava e já foi licitado e a obra começou essa semana, para que a gente possa finalizar a ETE lá de Ilícinia, isso é um caso histórico dos cinco municípios, Muzambinho, Cristais, Nova Resende e agora esqueci o outro municípios, da Lago, são obras semiacabadas que por anos estão lá para serem finalizadas. Ilícinia, Muzambinho, Juruaia, Nova Resende e Cristais. Ilícinia a mais complexa, nós conseguimos o recurso graças a um grande trabalho da Secretária junto à Secretaria de Fazenda também, o apoio do governo do estado, nós vamos conseguir entregar essa obra se Deus quiser. Só essas cinco obras nós vamos estar levando esgoto tratado para mais de 52 mil pessoas na região da Lago, Lago de Furnas. O Bolsa Reciclagem, que sem dúvida nenhuma uma grande conquista para a gente. Quando nós chegamos, nós tínhamos um passivo de 4 milhões de reais com essa categoria tão importante, não só do ponto de vista ambiental, que para nós o impacto é tão grande que nós temos grande massa de resíduos que não vão para destinação final, então a gente consegue ter mais vida ativa dos aterros sanitários, mas também é uma categoria muito importante do ponto de vista social, nós pegamos com 32, 33 associações cadastradas e com quase 4 milhões em vários trimestres sem receber. Nos colocamos em dia, hoje são cerca de 132 associações cadastradas e já pagamos todos os nossos trimestres e os 4 milhões de passivo, então a categoria hoje está bem trabalhada, próxima da gente, inclusive o centro mineiro nós vamos reativar, agora está como uma das peças importantes do nosso planejamento, a conclusão da reforma e ampliação da retomada das atividades, em parceria também com os catadores, isso é uma entrega importante. Também a gente tem que ressaltar que dentro desse pagamento do Bolsa Reciclagem com a iniciativa da SEMAD, Secretária, do Governador Romeu Zema, nós buscamos recursos junto à iniciativa privada, a GERDAU nos ajudou, o Ministério Público foi importante nesse apoio, e também a Assembleia Legislativa nesse último recurso que chegou agora através do Presidente Agostinho. Sobre planejamento, importante, depois de 25, 26 anos, tiramos da gaveta o PESB, estamos em fase final do plano. Esses dias estivemos em uma audiência pública, eu falei que Minas é um dos poucos estados que não tem, alguém rebateu para mim que não, eu fui procurar e realmente é, Minas é um dos poucos estados que não tinha. Para criticar, a gente tem muita gente, mas para fazer são poucos. Mas Minas está aí finalizando seu Plano Estadual de Saneamento Básico, nós vamos agora para conferência estadual que deve ser feito agora no primeiro ou segundo mês de 2022 para que a gente possa estabelecer já dentro do novo marco o fechamento das diretrizes dos próximos 20 anos do saneamento no território de Minas Gerais. Nós também estamos trabalhando na publicação do novo edital de coleta seletiva, os consórcios, selecionar 19, 20 consórcios para capacitação de coleta seletiva. A modelagem de prestação de serviços para as unidades regionais de saneamento, isso atrelado, importante ressaltar, a expectativa grande que a gente tem da aprovação da PL 2884 na Assembleia Legislativa que para nós é muito importante, realmente, que a gente acredita que através da regionalização a gente busque as unidades regionais a universalização do saneamento em Minas. Programa

Saneamento Rural está dentro do nosso orçamento, a gente aguarda essa possibilidade que a gente tenha esse recurso, que a gente possa, através de tecnologia de baixo custo, levar o saneamento rural para as comunidades rurais. Lançamento do curso de operadores de ETE, está pronto, em janeiro, fevereiro, essa é uma grande demanda dos municípios lá da ponta da linha, também estamos prontos para fazer. Como eu disse, agora vamos para as outras cidades, Cristais nós estamos na fase final de licenciamento, agora vamos trabalhar também junto à FUNASA a documentação dos outros municípios para conclusão das obras e dos recursos, pagamentos que estavam ainda em tramitação na região do Lago de Furnas. Como eu disse, agora a finalização dos 100 poços artesanais, que fomos muito impactados pela COVID. Conclusão da reforma do centro mineiro, espaço excelente, e nós acreditamos muito naquele espaço como alavancador de política pública de resíduos, de todos os formatos. Ampliação do Bolsa Reciclagem, através de recursos não só públicos, mas privados também, isso é uma coisa que a gente vai trabalhar e vai buscar, e desenvolvimento do Projeto de Eficiência Energética em parceria com a CEMIG, nós estamos colocando um chamamento público essa semana para ver se a gente consegue estabelecer uma peça voltaica no centro mineiro para que a gente possa buscar um espaço que seja autossustentável em um primeiro momento no centro mineiro, e que em médio prazo a gente tenha a primeira secretaria de estado, a partir de um projeto ambicioso, ela ser sustentável com sua própria energia gerada. Do ponto de vista da outra superintendência de gestão ambiental, com os grandes avanços a partir da superintendência do nosso amigo Diogo, nós lançamos a IDE, que ela passou por algumas intercorrências no período da nossa chegada e hoje ela está mais robusta, lançamento da IDE 2.0, novas funcionalidades, chegamos a 548 camadas. A IDE, que é tão importante, base para nossos atos autorizativos do SISEMA. ICMS Ecológico, nós tivemos o repasse de 122 milhões para 673 municípios. Para saneamento, quase 50 milhões. Reformulação do Programa Ambientação, 12 termos de cooperação entre as unidades administrativas. Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores Independentes, Secretária falou, nós assumimos a fauna doméstica há cerca de três meses, cadastro saiu da gaveta depois de anos. Nós somos um dos poucos estados com cadastro ativo, nós estamos, entre ONGs e protetores, com cerca de 270, 280 já cadastrados. Isso é importante para a gente estabelecer e fazer o melhor manejo da política pública da fauna doméstica. Reestruturação da fauna doméstica está ali. Programa Estadual de Microchipagem Conheça Seu Amigo. Um grande trabalho da Secretária, de articulação junto ao Ministério Público, onde nós tínhamos um termo onde foi feita uma nova roupagem, nós conseguimos fazer a liberação de 48 mil chips. Nós estamos lançando amanhã, Ilícinea, um evento com vocês, um edital, você está sabendo já? Era surpresa, mas você já está sabendo. Um edital amanhã para os municípios, expectativa de 50 municípios para microchipagem dos animais da fauna doméstica, uma contrapartida dos municípios é a castração. Um programa inédito em Minas Gerais, Conheça Seu Amigo e microchipagem. Edital de municípios Programa Jovens Mineiros Sustentáveis, nós fizemos um modelo com quatro municípios que foi muito importante do ponto de vista de indicadores, a Secretária vem nos cobrando muito isso, de indicadores melhores, de gastar menos energia, menos água na escola, na casa dos alunos, e agora nós estamos lançando um edital tanto de educação humanitária quanto de educação ambiental em 40 municípios, vai ser lançado amanhã também. O lançamento do Índice de Performance Ambiental dos Municípios, o índice de performance que vai estabelecer um apoio a melhor gestão dos municípios, onde o estado vai realmente se credenciar a apoiar os municípios através de indicadores importantes, saneamento, gestão ambiental, enfim, para que a gente possa credenciar. O Sistema de Segurança Hídrica para Abastecimento Público. Um sistema para realmente apontar a situação dos mananciais de

abastecimento de água através desses dados geoespaciais, ambientais, garantir a segurança hídrica, trazer aos gestores municipais de forma contínua mais informações para que garanta a segurança hídrica. O Atlas de Desenvolvimento Econômica Sustentável em parceria com a SEDE, esse é outro projeto importante para estimular o investimento verde, uma forma de desenvolvimento sustentável, com os compromissos, como a Secretária falou, como o 'Race to Zero', e o PL da Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais, junto já da Lei Federal, que estabeleceu o Programa Nacional de Pagamentos de Serviços Ambientais, e a gente já em um procedimento de desenvolvimento acima do pagamento de serviços ambientais, trazendo não só ecossistema, também trazendo hídricos, urbanos, já em um direcionamento que a Secretária pediu. Ele vem bem robusto, a gente espera entregar no primeiro semestre o PL à Assembleia, para apreciação dessa casa tão importante que possa contribuir também e Minas Gerais lançar o seu Programa Nacional de Pagamentos de Serviços Ambientais, e é isso, pessoal. Desculpa estourar o tempo, mas fico muito feliz de estar com vocês hoje e espero que mais um ano planejando, como esse, a gente tenha grandes entregas ano que vem." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Muito obrigada, Rodrigo, pela apresentação, e de fato isso demonstra a retomada de um trabalho mais amplo de gestão ambiental. Sem falar de saneamento, que foi uma pauta que nós trabalhamos fortemente, e referenciar aqui que a construção dos blocos regionais foi feita em uma parceria pela Secretária de Meio Ambiente, através da Subsecretaria, mas com papel fundamental da ARSAE, aqui hoje conosco, e também do BDMG que nos ajudou em todo o trabalho de estruturação desse PL que virou um modelo, inclusive, no Ministério de Desenvolvimento Regional, mas eu queria referenciar especialmente a questão da retomada da gestão ambiental, com projetos, entregas já muito claras, referenciar aqui o Diogo que assumiu essa Superintendência aqui conosco com esse desafio de tirar do SISEMA, especialmente da SEMAD, esse peso tão grande apenas no licenciamento ambiental. Licenciamento é apenas um dos instrumentos da política ambiental, nós temos que retomar os outros, educação ambiental com indicadores de resultados, instrumentos econômicos, também estamos trabalhando fortemente com isso, não está aqui apresentado, mas temos já um trabalho sendo realizado que no ano que vem nós teremos já resultados mais efetivos. O aprimoramento do IDE-Sistema, camadas novas, não só camadas novas, mas que também os dados sejam dados cada dia mais confiáveis e precisos, na verdade, essa é a palavra, então a gente tem retomado essa agenda forte de gestão ambiental, e parabenizar Rodrigo, Diogo e toda a equipe que tem conduzido esse trabalho. Passar então para Anna Motta, Subsecretaria de Regularização Ambiental." Anna Carolina Motta, SEMAD: "Obrigada, Secretária. Em seu nome eu cumprimento todos os presentes e demais pessoas que assistem. 2021 foi um ano de grandes desafios, e com palavras-chave para que nós pudéssemos tocar. Principalmente diálogo, aplicação de técnica e normas e a busca por melhor forma de licenciar, atendendo as duas pontas para fazer realmente o desenvolvimento sustentável, e esse foi o mote recebido para 2021 e nós já preparamos também para 2022 melhorias da nossa prestação de serviço, que nós buscamos a excelência nessa prestação de serviço. Que traga, dentro do licenciamento, não só as regras, aquilo que se deve ter para cada empreendimento, cada um é específico e deve ter seu licenciamento específico, isso não é um padrão, mas também trazer melhorias para essa análise, para que possa ser feito um trabalho realmente cada vez mais eficaz, buscando atender também as políticas ambientais do estado, buscando também atender a nova premissa cada vez mais forte trazida também da COP26, então é o que a gente espera fechando esse ano e iniciando o ano que vem. Como principais entregas, nós escolhemos algumas delas, e uma que é extremamente relevante para todos, não só para o SISEMA, mas também para a sociedade, é capacitação dos nossos servidores. Nós percebemos que,

apesar de todo o tempo, a capacitação é extremamente relevante e precisa ser feita de tempos em tempos. Então nós temos pequenas capacitações feitas na Trilhas do Saber, capacitações específicas de demandas, dúvidas, trazidas pelas SUPRAMs, e aqui eu faço uma ressalva à SUARA, que é a Superintendência de Apoio às SUPRAMs, em um trabalho incansável de trazer melhorias de entendimento, e capacitação desses servidores buscando uniformização, capacitação, e ainda sim achando soluções dentro da técnica e da norma. As capacitações mais relevantes que nós trouxemos para esse ano foram as capacitações de mineração, licenciamento de empreendimentos minerários, que durou 4 meses e atendeu 140 servidores, e foi um trabalho extremamente bem conduzido por parceiros, por servidores nossos que contribuíram, e estamos em curso com a capacitação das hidrelétricas, do processo de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, também com foco de aprimoramento, e dentro dessa capacitação, uma microcapacitação de outorgas, extremamente relevante. Fora isso, tivemos vários outros treinamentos, não só de SLA, mas específicos de atuação, e isso trouxe celeridade e maior troca entre as SUPRAMs para se achar as melhores soluções, as alternativas mais eficazes. Além disso, nós fizemos treinamentos regionais e mensais com todas as SUPRAMs. Além das reuniões mensais coletivas, também as reuniões para treinamento, aprimoramento, isso foi um novo incremento. Também trouxemos o incremento do SLA, com atendimento às demandas da sociedade, dos próprios Conselheiros, dos usuários internos, dos empreendedores, e isso vai ser cada vez aprimorados, porque sendo um sistema de informática, ele merece cada vez mais atualizações e incrementos. Além disso, nós fizemos a revisão da DN COPAM 217, através da DN 240, que trouxe também melhorias para o licenciamento, em especial também para empreendimentos de pequenas hidrelétricas e centrais hidrelétricas, facilitando que essas fontes de energia possam ser licenciadas de uma forma mais célere sem perder a qualidade da análise técnica. Para 2022, nós buscamos novas capacitações, tanto para empreendimentos de saneamento, agrossilvipastoris e outras que eventualmente nós identifiquemos, mas essas já estão em nosso radar. Também para 2022, continuamos focando na redução do passivo dos processos de licenciamento, reduzindo tempo de análise e reduzindo também os passivos de forma geral. Além disso, vamos trazer outras melhorias para o SLA, como ferramentas de autotutela, emissão de segunda via, integração SLA com IDE SISEMA, o que vai trazer um grande avanço inclusive em linha com o que a Secretária disse a partir da nossa reunião hoje com o professor Raoni Rajão. Para municipalização do licenciamento, também um grande marco, porque buscamos o licenciamento cada vez mais regionalizado, aonde tem o conhecimento da região, é possível fazer uma análise melhor também com relação às premissas de licenciamento, então com isso tivemos auditorias dos convênios entre estado e municípios, para delegação de competências dos nossos 15 municípios, e essas auditorias ficam cada vez mais sólidas. Tivemos a capacitação de municípios para recebimento das competências originárias e das delegadas. Inclusive também treinamento para aqueles municípios que já licenciam, isso foi ao longo de 2021 e teve um resultado muito grande, também em parceria com a ANM, entre outros, agora a gente está com conexão SEMAD também trazendo treinamentos aos municípios. E para 2022 a gente pretende incrementar as ferramentas de acompanhamento dos convênios entre estado e municípios, trazendo a melhoria no Sistema Municipal de Meio Ambiente, e isso também vai facilitar as auditorias que nós realizamos, e vamos ampliar as capacitações dos municípios para recebimento dessas competências, com outros treinamentos e também acompanhamento in loco dedicando um tempo de consultoria para cada um desses municípios. Muito obrigada e me coloco à disposição.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Anna. Só para referenciar, a Anna trouxe algumas questões mais abrangentes, nós vamos agora no final do ano publicar um relatório

de gestão onde a gente vai trazer numericamente os avanços na regularização ambiental, que eu acho que é muito importante que esses dados estejam disponíveis, hoje a gente tem, através da assessoria de gestão regional, o acompanhamento de indicadores de desempenho de todas as SUPRAMs. Nós avançamos muito no primeiro momento na gestão do Governador Romeu Zema nos processos simplificados, e nosso grande desafio hoje é tratar os passivos dos grandes processos de licenciamento ambiental. Processos que há 8 anos estão aguardando decisão, 7 anos, 9 anos, então esse tem sido um trabalho muito forte integrado da Subsecretaria, da Assessoria de Gestão Regional e hoje de uma assessoria que me acompanha no gabinete, que tem feito um trabalho de redesenho de gestão. Importante dizer também que a gente está em curso com o projeto que vai ser executado no ano que vem, de revisão de todas as normas infralegais do licenciamento e atos autorizativos de Minas Gerais. Quando assumi a Secretaria pedi um levantamento e constatamos que temos 42 atos autorizativos, com 870 normas infralegais que se referem a esses 42 atos autorizativos. Normas, muitas vezes, com espectro interpretativo muito abrangente, o que traz insegurança jurídica não apenas para os empreendedores como também para nossos técnicos na análise do processo. Além disso, estamos planejando para o ano que vem também a revisão dos termos de referência e elaboração de termos de referência de todos os atos autorizativos do Estado de Minas Gerais, trazendo mais uma vez essa visão de racionalização, objetividade nos critérios dos estudos a serem apresentados em todos os atos autorizativos. Nós temos diversas ações sendo tratadas, primeiro para o passivo, e depois para um olhar de futuro para um licenciamento ambiental mais racional e mais objetivo do ponto de vista técnico e menos abrangente do ponto de vista de interpretação normativa, porque isso não beneficia ninguém. Obrigada, Anna, pela sua apresentação, vou passar agora para a Daniela Diniz, minha chefe de gabinete, que hoje responde também pela Subsecretaria de Fiscalização.” Daniela Diniz Faria, SEMAD: “Boa tarde a todos os presentes, boa tarde, Conselheiros. Eu assumi interinamente a Subsecretaria há cerca de 10 dias e vou passar aos senhores os resultados da Subsecretaria no ano de 2021 e a programação 2022. A primeira ação foi o encerramento de 17.353 processos de autos de infração. Houve um acréscimo de 73% em relação ao número de processos finalizados em 2020. Ainda trabalhamos com processos físicos e em razão da pandemia no ano de 2020 realmente a finalização foi um pouco abaixo, mas em 2021 a equipe já se adaptou a trabalhar no modelo semipresencial, e mesmo nos processos físicos conseguimos finalizar esse montante expressivo. Em relação a atendimento às denúncias, foram 6.752 denúncias ambientais de cidadão e 3.562 requisições provenientes de órgãos de controle, totalizando 10.314 demandas atendidas, contabilizando cidadão, poder judiciário, Ministério Público, policiais e dos próprios cidadãos. Outra ação feita foi a redução do prazo de fiscalização do Monitoramento Contínuo da Cobertura Vegetal aos menores níveis da série histórica, hoje conseguimos fazer uma detecção de um polígono irregular utilizando imagem de satélite com uma precisão bastante significativa. Evoluímos bastante no trabalho de detecção das áreas, avaliação e trabalho nesses polígonos, e conseguimos fazer isso com menos de 30 dias. Também houve o Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva da Agricultura, a FAPA, no setor polvilheiro do Sul de Minas, em uma grande parceria com a FAEMG, e esperamos que esse programa seja ampliado para que possamos em 2022 expandir o programa onde a fiscalização chega de uma forma preventiva, construtiva, para orientar antes de implementar as ações de controle. Em relação à parceria com a FIEMG, houve a 5ª edição do Programa de Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria, a FAPI, sempre exitosas essas parcerias, com grande aderência do setor produtivo, e continuaremos com essa parceria em 2022. Agora em relação aos programas, medidas, projetos para 2022, teremos um lançamento de um curso de

educação à distância, em parceria com a Subsecretaria de Gestão e Saneamento Básico, nessa área de saneamento, ampliando a fiscalização, descentralizando, fazendo isso juntamente com as SUPRAMs. Também daremos início às fiscalizações em campo das detecções automatizadas do monitoramento contínuo da cobertura vegetal. Como foi dito aqui pela Secretária, ela trará aos senhores em uma próxima oportunidade as parcerias feitas durante a COP26, mas já nos foi repassada essa questão do combate ao desmatamento até atingirmos o nível zero, então nossa equipe já começa a trabalhar de uma forma muito mais contundente. Já fazemos isso, mas tentando trabalhar com mais inteligência, estratégia e qualidade para combate do desmatamento irregular em Minas Gerais e assim atingirmos as metas pactuadas. Também haverá ampliação do programa de fiscalização ambiental preventiva na agricultura para além do setor polvilheiro, e essa conversa a gente tem feito reuniões mensais setoriais com os setores, além de com as organizações da sociedade civil, e esperamos expandir essa parceria com a FIEMG tão exitosa no setor polvilheiro. Faremos o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração de forma totalmente digital, e saindo definitivamente dos processos físicos. É o nosso maior desafio, eu diria, para o ano de 2022. Esperamos que esse programa se conclua ainda em 2022, isso fará com que os processamentos sejam mais ágeis, mais assertivos, com menos erros, menos burocracia em tramitação de processos físicos, onde hoje o cidadão vive tendo que ir ao SISEMA pessoalmente para obtenção de cópias. O sistema sendo automático isso tudo facilita, tanto para a administração quanto para o próprio cidadão. Faremos também uma integração do sistema de denúncias e do sistema de fiscalização. Hoje esses programas são distintos e com a junção haverá uma agilidade entre a denúncia do cidadão e do órgão de controle e a efetiva fiscalização, agrupando ambos os sistemas, a gente vai ter uma unificação de dados disponíveis a todos os servidores que utilizam essa base de dados e facilitando essa detecção em campo, essa ação em campo e as consequências pós fiscalização. E, por fim, teremos a operacionalização do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais. Foi um programa lançado pelo Governador Romeu Zema em 2020 de forma inédita, pois ele abrange também o Poder Judiciário e o Ministério Público, nós estamos fazendo alguns ajustes no programa e após esses ajustes a gente espera já em 2022 implementar. Já estamos, inclusive, iniciando uma base de testes junto ao Ministério Público para que o programa se inicie de forma muito exitosa. Eram essas as minhas considerações e me coloco à disposição caso haja alguma dúvida dos senhores. Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Daniela, pela apresentação. Daniela está respondendo temporariamente, esteve respondendo temporariamente outro período também, e apresenta aqui os resultados da Subsecretaria, e dizer que ela está conduzindo pessoalmente a revisão desse projeto de conversão de multas, que é um programa muito importante, mas da forma que estava colocado seria difícil a operacionalização. Estamos em articulação com o Ministério Público, através do Carlos Eduardo e a equipe do CAOMA, e teremos para o ano que vem já a possibilidade de início desse programa tão importante. Obrigada aos subsecretários da SEMAD pelas apresentações. Vou passar agora para as nossas indiretas, iniciando pela ARSAE. Passo então a palavra ao diretor Geral da ARSAE, Antônio Claret.” Antônio Claret, ARSAE: “Obrigado, Secretária. Cumprimentar todos os Conselheiros. Antes de mais nada, não costuma vir muito aqui, mas acompanhando os andamentos não poderia deixar de cumprimentar pelos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos. Vi aqui a Anna, a Daniela, o Rodrigo eu já acompanho mais de perto por estar no tema saneamento, sei que tem feito uma grande revolução sob sua coordenação, Secretário, e como venho dizendo, sem sombra de dúvidas sua gestão tem merecido aplausos e tomara que continue, como mineiro, continue até dezembro de 2026 e depois em Brasília continue o bom trabalho que

vem fazendo aqui em Minas Gerais. Sobre a ARSAE, vou apresentar rapidamente aqui as principais realizações deste ano e o que nós estamos pensando para 2022. Para quem não acompanha muito bem a ARSAE, a agência reguladora da COPASA em especial, são 853 municípios, destes, 642 são COPASA, além da COPASA nós temos convênios com outros municípios também, então o que eu falar aqui vale para a COPASA e também para os outros municípios que não tem convênio. Com relação à tarifa social, o número de famílias beneficiadas neste ano aumentou de 620 mil para 720, um aumento de 16%, o que é bem representativo. Hoje, para se ter ideia, cerca de 15% dos consumidores são atendidos pela tarifa social. Para se ter uma referência, o CEDAE do Rio de Janeiro ele tinha cerca de 0,5% de tarifa social. E nessa sessão, nesse leilão que aconteceu recentemente houve uma meta para que se chegasse a 5%, então nós estamos bem além dessa meta. E a tarifa social nada mais é do que um desconto bastante considerável de mais de 50% nas contas para aqueles que vivem com baixa renda. Nós também implantamos cinco grupos de trabalho, o Valoriza ARSAE, que é um grupo focado em propor ideais de valorização do servidor público da ARSAE, e tem apresentado algumas boas ideias voltadas para capacitação. O Inova ARSAE, que eu particularmente gosto muito, que é um grupo praticamente voltado para trazer inovações na regulação, dentro das normas, das políticas tarifárias, da fiscalização. E eles têm tido excelentes resultados. Para se ter ideia, Secretária, nós tivemos a revisão tarifária neste ano, ela acontece de quatro em quatro anos, e lá em São Paulo, quando eles foram fazer, a agência de lá foi fazer, o levantamento dos ativos da SABESP, eles contrataram uma consultoria por 5 milhões de reais para fazer esse levantamento. A gestão anterior da ARSAE já foi bem inovadora e não contratou ninguém, fez com os próprios servidores, e gastou cerca de 200 mil reais. E este ano, através de uma ideia do Inova ARSAE, nós utilizamos tudo online, obviamente através de certificadores, e nós gastamos um total de 0 real, nem diária, nem nada. Isso tudo foi economia diretamente para o consumidor. Falo consumidor porque os recursos que mantém a ARSAE eles vêm na conta de água, uma parte da conta de água que a COPASA paga para a ARSAE. Também finalizamos a segunda revisão tarifária da COPASA e a terceira da COPANOR. Só para que entendam, quem nos acompanha, reajuste é diferente de revisão. Revisão acontece de quatro em quatro anos, na COPASA, na COPANOR está sendo menor, mas acontece de quatro em quatro anos, onde a gente faz uma revisitação a todos os ativos regulatórios da COPASA e planeja, reestrutura a tarifa, para que ela seja o mais eficiente possível, mas o mais baixo possível também. Inclusive, isso culminou na primeira redução da tarifa da COPASA da história da COPASA, em mais de 60 anos, foi a primeira vez que houve uma redução tarifária. A gente fala redução tarifária é a tarifa média, existem várias, obviamente algumas pessoas sentiram um pequeno aumento, cerca de 11% dos consumidores, porque existe um subsídio cruzado que entendeu-se que não era tão justo, mas houve uma redução média de 1,5% mesmo com as altas inflações que estamos hoje no Brasil e no mundo também. Essa revisão durou 14 meses e está em vigência desde 1º de agosto, isso tudo em 2021. Trabalhamos na área de fiscalização com processos que culminaram na devolução de mais de 500 milhões de reais só este ano para os consumidores. São valores que já estão sendo devolvidos, muitas pessoas aqui em Belo Horizonte especialmente, falo Belo Horizonte porque é maior, podem constatar na conta de água devolução por determinação da ARSAE. Essa devolução aconteceu após processos administrativos que duraram mais de um ano, com ampla defesa, contraditório, com recursos da COPASA. Nós sabemos que a COPASA ela eventualmente faz ajuizamento judicial por discordar, mas esses são valores que realmente estão sendo devolvidos que foram reconhecidos. Beneficiaram cerca de 1 milhão de mineiros. Também consolidamos uma metodologia, que veio desse Inova ARSAE, que é da fiscalização remota. Eu costumo fazer uma comparação com a Receita Federal, Rodrigo. Antigamente, a

ARSAE focava muito na fiscalização presencial, e isso é muito ruim, porque nós temos poucos fiscais, não dá para a gente alcançar toda Minas Gerais, ainda mais que não temos unidades em toda Minas Gerais, e, por isso, não conseguimos fiscalizar efetivamente todo o estado. Nesse ano, nós consolidamos essa fiscalização, ou seja, a gente consegue à distância acessar os sistemas da COPASA, tanto financeiro quanto de rede, e através do cruzamento de dados nós identificamos os casos, os poucos casos em que precisa da visita presencial. E isso aumentou muito, nós chegamos só neste ano a 176 fiscalizações, o que é um aumento de 25% por ano. 84 relatórios passaram para 105. Passei despercebido ali, só para falar de outros grupos que eu não tinha mencionado ainda que foram criados esse ano. O *compliance*, o sistema de *compliance* já havia iniciado sua instauração em 2020, mas agora a gente tem um grupo de *compliance* funcionando, inclusive já recebeu denúncia, já tratou. Então é um *compliance* que está realmente funcionando. O LGPD, por óbvio, e esse CPAD. O panorama são relatórios que muita gente pergunta 'como está a minha cidade, quanto tem de água potável, quanto tem de coleta?'. Isso está no site, a gente tem um programa que chama panoramas, aquele sinal do início, e qualquer pessoa pode acessar o relatório panoramas e escrever, por exemplo, sua cidade é Lavras, vai aparecer duas páginas, uma de água, inclusive com análise de qualidade, a segunda com esgoto, quanto tem de coleta, quanto tem de tratamento, como tem sido a análise dos últimos índices, e isso está disponível para 674 municípios. Isso é atualizado periodicamente, de três em três meses no máximo. Toda essa informação está lá disponível para quem quiser. Se alguém tiver com dificuldade em entrar no site, só escrever no Google Panoramas ARSAE. O ACERTAR, não sei se se recordam, no semestre passado o Ministério do Desenvolvimento Regional fez uma chamada pública para apoiar financeiramente, tecnicamente, agências reguladoras de saneamento para trabalhar certificação de dados, e a ARSAE ficou em primeiro lugar, isso foi no ano passado, 2020, mas esse ano nós já começamos a rodar com apoio federal, e esse ACERTAR é extremamente importante, porque como eu estava recentemente conversando com o Subsecretário Rodrigo, o SNIS, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, não é muito confiável, porque quem informa são os próprios prestadores, o SAAE, COPASA, SABESP, e a gente não sabe até que ponto aquilo é real. E o ACERTAR entra exatamente aí, ele é uma certificação daqueles dados. E nós já começamos a rodar essa certificação para os dados da COPASA e de Itabira também. Pelo menos desses dois nós vamos ter certeza da assertividade desses números e assim espero que seja em todo o Brasil. O projeto Mais Água e Esgoto, está ali também para quem quiser conhecer, tem no site da ARSAE, ele também é um projeto de dados para quem quiser ter mais acesso aos dados de água e esgoto do seu município, porém bem mais profundo que o panoramas, ele tem dados para quem quiser realmente entender mais a fundo o serviço na sua cidade. O EquiPAR, que tem a ver com a perda de água, que eu penso que é um assunto que nem é de momento, é do passado, momento e do futuro, especialmente quando a gente considera que a gente tem 40% de perdas aqui em Minas Gerais e até mais no Brasil, e conversando com esses profissionais do saneamento que agora estão chegando com esses leilões e concessões, eu vejo que é um ponto que vai ser extremamente atacado, então o trabalho da ARSAE no EquiPAR eu sinto que vai ser bastante aproveitado. Muita gente pergunta 'por que vocês já não fazem alguma coisa para a COPASA alguma coisa?' já é feito, desde 2019 nós já temos nas revisões vários pontos, gatilhos e metas para a COPASA, que se ela não bate, perde dinheiro. Vou dar um exemplo: de 2020 para 2021, a perda da COPASA, posso estar falando número errado, era 38% teria que chegar a 36%, e ela não chegou, ela até aumentou para 39%, então ela deixou de ganhar, faturar coisa de 14 ou 20 milhões de reais, afeta de fato o resultado dela, agora, nós não podemos fazer nada além disso, o que nos cabe é de fato afetar no seu faturamento. Esse de

baixo, a execução da metodologia de verificação por ativos eu já falei que a gente fez, nós já alcançamos 88 municípios e quase 2 mil ativos e economizamos hospedagem, combustível e diárias de viagem. Falando mais rapidamente, todas as reuniões de diretoria colegiada, conselhos e audiências públicas são transmitidas ao vivo no YouTube e ficam lá gravada para quem quiser, isso é absolutamente todas elas, e todas já estão previstas desde o início do ano sua data. Nossa ouvidoria também foi muito fortalecida, entrou no MGApp, que é aquele aplicativo que a ARSAE não participava. Nosso programa de *compliance* tem funcionado muito bem. O SIR, que eu entendo que é a nossa grande entrega da gestão, que é o Sistema de Informações Regulatórias. É um sistema que quando eu cheguei na ARSAE eles já falavam disso e diziam que já pediu isso há 10 anos, e neste governo do Romeu Zema e com o apoio da Secretária Marília, especialmente, nós conseguimos a liberação dos recursos que foram imprescindíveis para o desenvolvimento desse sistema que traz mais assertividade nas entregas e mais velocidade também. Várias matérias na imprensa, a ARSAE, para quem não sabe, eu posso falar isso com tranquilidade, era totalmente desconhecida, e hoje nós tivemos quase mil matérias na imprensa, com 80% de favorabilidade em 2021. O Programa Regulação em Foco, também é um programa de publicidade, que tem webinar, podcast, revista. E temos também a Agenda Regulatória 2021, que a gente propôs e a gente conseguiu liberar algumas resoluções e notas técnicas de medição individualizada da água, canais de atendimento, dentre outros. Agora para terminar, só o que pretendemos em 2022. Fazer a implantação de dois módulos do SIR, isso só foi possível porque nós conseguimos recursos decorrentes do acordo com a Vale. O SIR tem 13 módulos, estamos com dois, já vão mais dois, mas esses módulos já abrangem mais de 80% do necessário. Ali eu não vou ler, mas está escrito Agenda Regulatória 2022, o que buscamos. O PL 2274/2020 que está, infelizmente, na Assembleia sem muita movimentação, mas já passou por duas comissões, que traz a competência da distribuição do gás canalizado para ser regulado pela ARSAE. Também faremos o reajuste da COPASA, que aí sim é todo ano, e a revisão da COPANOR, que infelizmente, Secretária, a revisão da COPANOR vamos ter que fazer de um em um ano, porque ele estava muito atrasado, sem fazer a três anos, então se a gente fizesse essa revisão de uma vez ia ter um aumento absurdo, então nós decidimos fazer separados. Continuar com a EquiPAR que é a questão das perdas, e a grande entrega da ARSAE para 2022, e nessa o Rodrigo direto me pergunta, nós temos até 31 de maio de 2022 para entregar a avaliação da capacidade econômico-financeira da COPANOR e COPASA. Eles ainda não entregaram, tem até 31 de dezembro, mas nós estamos tendo reuniões periódicas com eles para ninguém ser surpreendido. Vamos continuar acompanhando os processos de fiscalização. É só isso mesmo, para quem quiser conhecer mais a ARSAE, redes sociais é ARSAEMG. Basicamente é ARSAEMG para instagram, qualquer coisa, estou à disposição, obrigado, agradeço o apoio da Secretária Marília que sempre nos acompanha de perto, sempre conversamos, e a liberdade de fazer nosso trabalho.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Claret. Primeiro queria de público reconhecer e te parabenizar pelo trabalho à frente da ARSAE, em que pese a ARSAE ser vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, a gente tem nesse governo um respeito muito grande pelo papel de agência reguladora que a ARSAE é, e isso que permite a credibilidade que a ARSAE tem hoje com sua gestão. Eu participei na semana passada de um evento da ABRAMPA para discutir saneamento, e lá foi colocada essa questão da regulação no Brasil, e alguns promotores de SP e RJ traziam a preocupação de uma relação de paternalismo da agência reguladora com as companhias estatais, e aqui em Minas Gerais isso não acontece de fato. A gente vê pelo trabalho que está sendo realizado pela ARSAE que ela é de fato um regulador como deve ser. Isso se deve, obviamente, Claret, ao seu trabalho, ao trabalho de toda equipe, mas a sua liderança na ARSAE e também a

diretriz que nós temos do governo Romeu Zema de tratar regulação como deve ser. Queria aqui de público reconhecer o grande trabalho que você tem feito na ARSAE, e ela a cada dia ganha uma importância ainda maior essa agenda regulatória, com as concessões que a gente espera que venha a partir da aprovação dos blocos regionais de saneamento, tão importantes para que a gente garanta a universalização de saneamento. E outro tema que você também trouxe, queria só fazer uma breve observação, é a regulação que o novo marco traz de não apenas uma regulação econômica, como era feito antes da sua gestão, mas trazendo uma regulação técnica, os contratos vão ter que ter metas físicas de eficiência de tratamento de esgoto, de redução de perdas físicas, de reuso, de segurança hídrica, então a ARSAE já se preparou para esse novo contexto que o marco do saneamento traz. Queria aqui de público te parabenizar pelo belo trabalho, a gente tem muito orgulho de ter uma agência reguladora séria e competente em Minas Gerais. Vou passar na sequência para o Renato, Presidente da FEAM, para apresentação da Fundação Estadual do Meio Ambiente." Renato Brandão, FEAM: "Boa tarde a todos novamente. Falar um pouquinho das realizações da FEAM em 2021 e 2022. A gente acabou fazendo uma apresentação mais completa de todas as atividades que foram feitas. Esse documento vai ficar, e eu vou passar, em função até do tempo, pelas principais entregas que a gente realizou e as principais perspectivas. Na parte de qualidade do ar, a FEAM tem trabalhado muito fortemente nessa parte para uma reestruturação da sua área de qualidade do ar, principalmente porque a gente teve em 2019 o nosso centro supervisorio tendo um problema de operação, esse problema não era relacionado com as estações e sim com a recepção desses dados, aliás, em 2020 que foi o problema, e em 2021 nós conseguimos reativar esse centro, inclusive preparando melhor ele para divulgação do que a gente pretende entregar no ano que vem, que é um boletim de qualidade do ar dinâmico, e assim retornamos a implementação e divulgação dos boletins de qualidade do ar de Minas Gerais de 38 estações. Além disso, nessa área de qualidade do ar, nós também fazemos as avaliações dos estudos de dispersão atmosférica, das indústrias que pedem o seu licenciamento, e isso também com interface com a regularização ambiental foi priorizado. Estamos dentro da esfera do COPAM em um grupo de trabalho discutindo a revisão da DN de qualidade do ar, que nós pretendemos entregar até o ano que vem, nós pedimos uma prorrogação desse grupo, e há discussão ainda de alguns aspectos, nós estamos alinhando isso. O Plano de Controle de Emissões Atmosféricas também para ser entregue no ano que vem, com trabalhos já realizados esse ano, e a ideia é que a gente tenha uma divulgação e uma troca de informações com vários setores para incrementá-lo. O inventário de emissões veiculares, um aprimoramento, a gente tem trabalhado com a Prefeitura de Belo Horizonte, ainda no tema trazido pelo Conselheiro João Hilário, nós estamos discutindo esses inventários, principalmente para a região metropolitana, especificamente para Belo Horizonte. Esse é um produto importante para a região metropolitana e Belo Horizonte com relação ao inventário de emissões de gases veiculares. Com relação à área de gestão de barragens e recuperação de áreas de mineração, nós tivemos, ainda esse ano, as regulamentações e a disponibilização de sistemas em que a gente consegue receber as informações, a reclassificação dessas barragens, e as informações dessas estruturas, incluindo neste sistema o credenciamento dos auditores. Então todos os auditores que agora fazem os relatórios, as declarações de condição de estabilidade têm que ter um cadastro prévio na Feam. Isso foi criado através do sistema. Além disso, temos acompanhado barragens em nível de emergência, que hoje no estado temos 33, e ainda o acompanhamento da descaracterização das barragens a montante, que é um acompanhamento constante, e que demanda inclusive uma proximidade com as áreas com fiscalizações constantes. Na parte de recuperação de áreas de mineração,

nós conseguimos esse ano finalizar cinco PRADs, sendo aprovados dois PRADs desses, em que essas áreas vão começar sua recuperação efetiva. Para o ano que vem, há previsão ainda de uma DN regulamentando a questão de barragens, com detalhamento principalmente com relação com licenciamento ambiental dessas estruturas. Nós estamos trabalhando junto com a SURAM nessa regulamentação. A ideia também é uma ampliação do SIGIBAR, que nós pretendemos que, além do credenciamento, recebimento das auditorias, a gente consiga receber os outros documentos colocados na Política Estadual, o Plano de Ação de Emergência e todos os outros documentos. E atualização do Cadastro de Minas Paralisadas e Abandonadas, que esse é um documento importante até para o planejamento mineral do estado, e temos discutido isso inclusive com a CODEMGE, com outros autores do estado, com o próprio INDI, a importância desse cadastro e da avaliação do estado com relação a essas áreas e o futuro dessas áreas dentro dessa perspectiva da mineração. Na área de resíduos, tivemos a ampliação do sistema MTR, é um sistema que já funciona e que tem trabalhado a questão e dado muitas informações consistentes sobre a movimentação de resíduos no estado, incluindo as próprias fiscalizações que foram feitas em unidades de tratamento de resíduos, em que a gente consegue atuar proativamente evitando a geração de passivos para o próprio estado. Também tivemos adequações em deliberações normativas, da DN referente ao resíduo de saúde. Uma campanha de recolhimento de resíduos eletroeletrônicos, que recolheu 1,6 tonelada de resíduos eletroeletrônicos, aconteceu em BH e Ubá, com apoio do CMRR aqui em Belo Horizonte e da própria prefeitura, e em Ubá o apoio da própria SUPRAM. Nós pretendemos ainda trazer, como eu disse na última plenária, uma regulamentação redesenhando as discussões da logística reversa no estado. Ainda a assinatura de um Termo de Logística Reversa para embalagens em geral. Esse é um termo que o Governo Federal tem tido dificuldade para implementar, e a gente tem discutido, principalmente na linha do vidro, também com a Subsecretaria de Saneamento essa questão do recolhimento do vidro em Belo Horizonte, que é um problema, mas temos evoluído e a gente acredita que um termo de compromisso na área de embalagens em geral trará aspectos positivos para o saneamento no estado e para os municípios também. Além disso, pretendemos, no ano que vem, fazer a retirada de um material que hoje existe no município de Caldas, em que o estado foi chamado a tirar esse material, é um resíduo de serviço de saúde, pegou fogo e causou uma contaminação. Estamos em processo de contratação de uma empresa que vai fazer a retirada desse material e reduzir o risco na área, no município de Caldas. Em relação a áreas contaminadas, esse é um setor que tem tido um aumento significativo das suas demandas. A gente conversou no conselho curador da FEAM, Valéria presidiu o conselho, que a perspectiva de achados novos de áreas contaminadas no estado a partir do momento que a gente vai intensificando a fiscalização, como apresentado pela Daniela, é muito grande. Então a gente tem aumentado essa demanda. A gente conseguiu declarar esse ano 20 áreas como reabilitadas, e além disso estamos trabalhando também junto com a SURAM na parte de municipalização a questão da capacitação dos municípios nesta temática que é uma temática que foge um pouco do licenciamento em si, mas que o município também tem uma propriedade e pode nos auxiliar em todo esse aspecto da gestão. Também temos intensificado os trabalhos com relação aos Estudos de Análise de Risco em Barragens, relacionados aos desastres que aconteceram no estado, isso tem demandado da equipe de área contaminada um intenso trabalho. Nós vamos discutir a revisão das Deliberações Normativas que versam sobre a questão de área contaminada, trazendo evoluções. As deliberações são, de certa forma, antigas, e a gente precisa regulamentar isso e atualizar, então pretendemos no ano que vem trazer ao COPAM e a CNR uma discussão sobre novas regras de gerenciamento de áreas contaminadas, e também temos em curso uma contratação que é, tem um

pregão previsto para o final desse ano, dia 14 ou 19, que é o estudo de investigação de uma área contaminada em Monte Santo, de uma área que era usada para recuperação de óleo, e hoje há um grande passivo lá com relação à solo contaminado, contaminação de lençol freático, que o estado também e a FEAM vai fazer uma investigação e o futuro tratamento dessa área para diminuir os riscos existentes hoje. No acompanhamento dos desastres relacionados à barragem a gente tem uma área específica na FEAM que cuida de coordenar os trabalhos do SISEMA, apoiando também o comitê, então com relação ao desastre na Bacia do Paraopeba, da Vale, nós estamos acompanhando e acompanhamos todas as ações de recuperação que já estão acontecendo na área, lembrando que essa recuperação tem limites, uma vez que continua a prioridade na busca pelas joias que ainda se encontram desaparecidas. O acordo da Vale demandou da equipe técnica de todo o SISEMA e dessa área na sua coordenação um grande esforço para que as questões ambientais e a recuperação integral fossem levadas ao acordo e a definição desses fluxos de como o SISEMA vai acompanhar toda essa recuperação e essa reparação, e a ideia é que já no ano que vem a gente tenha aprovação desses planos, que vão ser definidos a partir do estudo que está sendo finalizado, do plano de reparação, para o desenvolvimento da reparação integral na Bacia do Paraopeba. Da mesma forma nós acompanhamos, junto com outros órgãos aqui, as ações do Rio Doce. Hoje ele tem o TTAC como base para sua recuperação, seu acompanhamento, e realizamos também operações em campo para verificar a situação e monitoramento das áreas diretamente atingidas pelo rejeito do desastre, nas chamadas operações WATU. Temos trabalhado com o governo nas discussões de uma repactuação ao TTAC, que a ideia do governo é que a gente consiga evoluir nessa recuperação, que já temos seis anos do desastre, então a gente precisa evoluir na gestão, gerenciamento, na condição de recuperação dessas áreas e temos apoiado todo o governo e o comitê nas discussões da repactuação. A área de emergências ambientais fez, realizou o Seminário de Emergência Ambiental, seminário online que pôde discutir gestão de riscos e os desafios em inovação e acesso à tecnologia com relação aos desastres. Também estamos realizando a capacitação de 80 policiais militares, tanto da Polícia Ambiental quanto da Rodoviária, e noções básicas sobre atendimento de acidentes ambientais com produtos perigosos. Nesse ano nós atendemos mais de 370 ocorrências até o final de novembro. Temos como meta para o ano que vem intensificar as discussões do P2R2, que é um comitê que congrega várias instituições nas discussões de prevenção e resposta rápida à acidentes com produtos perigosos, e retomada das fiscalizações preventivas, que é uma previsão colocada na Lei e no Decreto sobre acidentes com transportes de produtos perigosos, e que em função da pandemia no momento sanitário nós não conseguimos desenvolver no ano passado e nem esse ano. Na parte de gestão e planejamento territorial, nós tivemos algumas entregas relacionadas ao termo de referência para estudo de risco de ruptura de barragens, um documento que foi disponibilizado, e trabalhou junto com o próprio Ministério Público e também a Defesa Civil na construção e confecção dele. Definimos um Procedimento Operacional Padrão, POP, para atendimento às emergências, tanto no transporte rodoviário quanto ferroviário. Fizemos o acompanhamento desse estudo que foi realizado pela fundação de tecnologia da USP sobre a avaliação ambiental integrada das obras de descaracterização de barragens alteradas pelo método a montante. E ainda fizemos a coordenação tanto das AAI Hidrelétricas quanto do ZAP. Para o ano que vem a gente tem a previsão de publicação de um TR das AAI de projetos hidrelétricos. Ainda a finalização dos estudos de AAI tanto dos rios Suaçuí Grande quanto Paraúna. Também temos um projeto que iniciamos esse ano que é a integração dos dados do ZAP com outros instrumentos do SISEMA, podendo trabalhar as informações que o ZAP traz em outras políticas públicas ambientais do SISEMA, e ainda a finalização do

ZAP Paraopeba. Além disso, eu já trouxe aqui em outras oportunidades, o acompanhamento que o SISEMA vai fazer junto com a SEDE, apoiando a SEDE, na Avaliação Ambiental Estratégica do minério de ferro. Na questão de sustentabilidade, energia e mudanças climáticas, foram citadas algumas ações que o estado fez, tanto relação à participação da Secretaria e toda a comitiva mineira na COP. O estado foi sim o primeiro a assumir o 'Race to Zero' e tem discutido fortemente essa questão da mitigação e da adaptação às mudanças climáticas. Reativamos o Fórum Mineiro de Energia e Mudanças Climáticas. É dentro desse fórum que a gente pretende fazer todas as discussões dos outros produtos colocados, principalmente do inventário e o plano. Então até aproveitando, a Conselheira Maria Dalce perguntou um pouco o que são as ações de descarbonização do estado? Nós temos ações hoje definidas no Plano Estadual de Mudanças Climáticas, mas a ideia é que na revisão desse plano, que a gente pretende fazer ano que vem, o plano de ação climática de Minas Gerais, a gente tenha momentos de participação da sociedade na definição dessas ações e na discussão dentro do próprio fórum, com todos os atores do fórum, das melhores estratégias de política pública para que a gente atinja o compromisso assumido na questão de zerar as emissões até 2050. Nós vamos fazer essa discussão com a sociedade de forma geral. O estado não vai, nesse caso do plano, imputar uma regra geral sem fazer essa discussão, e o principal elemento que a gente entende para fazer essa discussão é o próprio fórum mineiro onde a gente vai ter uma participação ampla de todos os atores da sociedade. São essas as ações que a FEAM pretende realizar e realizou esse ano e fico à disposição de todos." Valéria Cristina Rezende, Secretaria Executiva/SEMAD: "Obrigada, Presidente da FEAM, Renato, pela sua apresentação, dinamismo e atuação frente à presidência da FEAM, e tendo em vista o adiantar da hora, vamos passar já para a apresentação do Instituto Estadual de Florestas. Maria Amélia." Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: "Eu não consegui levantar a mão, eu poderia falar um minuto? Antes de entrar na próxima, ou é depois?" Valéria Cristina Rezende, Secretaria Executiva/SEMAD: "Conselheiro, vamos deixar para o final, fazer todas as apresentações, pode ser? Obrigada." Maria Amélia Lins, IEF: "Na verdade, foram diversas as nossas entregadas, trouxemos algumas que merecem algum destaque. Nós temos os Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres. Em 2021 assinamos dois termos de compromisso, um de manutenção para os tratadores do Cetras Divinópolis, e outro da construção do Cetras Uberlândia. Com relação ao combate ao tráfico de animais, nós em uma ação conjunta, Ministério Público, SEMAD, Polícia Civil, Militar, IBAMA e IEF unimos nossos esforços nas etapas de inteligência, investigação, planejamento e execução das operações e tivemos pontos muito positivos, resultados muito positivos com relação a essa ação. Com relação ao cadastro de novas áreas de soltura de animais silvestres, estamos até hoje com 65 áreas cadastrada, e um total de 4 mil animais reintegrados ao ambiente natural, dos 6.925 animais que recebemos no Cetras. No campo das licenças e autorizações relacionadas à fauna, entre emissão e renovação nós tivemos 77 mil licenças para criação amadora de passeriformes, 91 autorizações de manejo de fauna silvestre e aquática, entre renovação e emissão, e 30 autorizações de uso e manejo da fauna silvestre e terrestre em cativeiro, entre também emissão e renovação. É importante também a gente falar sobre o lançamento do módulo de registro de pescador profissional no âmbito dos ecossistemas, nós tivemos 32 mil carteiras de pescador amadoras emitidas. Vou passar com relação à parte da intervenção ambiental, porque logo no início a Anna e a Secretária já pontuaram. Nós tivemos também uma Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM no qual, referente ao plano de ação de emergência das barragens, e trouxe para o IEF uma obrigação de análise das sessões de planos de ações de emergência relativos à fauna e flora. Com relação ao planejamento de 2022 da diretoria de proteção à fauna, nós vamos continuar intensificando nosso

planejamento com relação ao Cetras para atendimento das demandas, mas é importante destacar a inauguração dos centros de triagem e reabilitação de Paracatu, que partiu inclusive da iniciativa da AMDA, que temos até a Dalce, Conselheira presente. Temos também para o primeiro semestre a entrega do planejamento sistemático de conservação da biodiversidade e dos bens e serviços ecossistêmicos de Minas Gerais, que foi estudo desenvolvido pelo SISEMA e o consórcio formado pela UFMG, WWF Brasil e a Fundação Biodiversitas. Também temos como entrega de 2022 a lista de espécies da fauna e flora ameaçados de extinção para identificação com intuito de proteção das mesmas, tem os zoneamentos pesqueiros da Bacia do São Francisco e Bacia do Doce, que visam principalmente ordenamento adaptativo e participativo da pesca. Com relação a nossas unidades de conservação, nós tivemos como principais entregas em 2021 a assinatura do acordo para execução do projeto Copaíbas, que terá duração de 5 anos e conta com recursos de mais de 30 milhões para o fortalecimento de 12 unidades de conservação que abrangem o projeto. Tivemos criação de 6 RPPNs, com área total de 1.292 hectares, aproximadamente. Em iniciativa da Secretária Marília junto com o setor econômico, a FIEMG, a reabertura da APA Parque Fernão Dias, com investimentos na ordem de 400 mil reais, que possibilitou a melhoria do local e a possibilidade de reabertura para o público. Temos aí o Plano de Manejo que nós entregamos em 2021 um novo plano, que é do Parque Estadual Serra da Boa Esperança, e a revisão de cinco planos já aprovados na CPB, que é do Pico do Itambé, Piripiri, Itacolomi, Monumento Natural Gruta do Mato e Ibitipoca. Na CPB nós tivemos 33 processos de compensação minerária julgados e 142 de compensação. Esses números até oportunamente vamos apresentar aos Conselheiros. Tivemos 8,6 mil hectares regularizados nas unidades de conservação, isso significa avanço de 300% mais do que os anos anteriores, e também tivemos várias ações com relação ao combate de incêndios florestais, como a contratação de 250 brigadistas temporários, treinamentos e simulados. Nossa projeção para 2022 é a elaboração e revisão de 20 planos de manejo com fonte de recurso entre compensação minerária, PROAPA, COPASA e Projeto Copaíbas, e o planejamento intensivo e ostensivo da prevenção e combate ao incêndio que também a gente gostaria de oportunamente apresentar esse planejamento aos nobres Conselheiros. Com relação ao controle, monitoramento e geotecnologia, nós tivemos, o monitoramento contínuo ele tem análise realizadas diariamente com objetivo de detectar áreas de desmatamento em curto espaço de tempo. Nós identificamos nesse ano 1.271 polígonos de desmatamento, totalizando área de 16.959 hectares. Tivemos também análise de 3.340 processos de intervenção ambientais. Na semana florestal a gente anunciou a disponibilização também do módulo de cadastro de plantio MG Florestas, que tem como funcionalidade inicial a operação do cadastro de plantio, e assinatura de convênios de cooperação técnica para autorização de supressão de vegetação nativa de seis municípios, tudo de acordo com a legislação vigente. Para 2022 na área de monitoramento e geotecnologia, a gente tem já iniciada tratativas juntos com a AMIF, já tivemos uma empresa apresentando automatização do monitoramento contínuo na busca de melhor efetividade na detecção desses pontos. A extinção do passivo de processos de intervenção ambiental e o lançamento dos próximos módulos no sistema MG Florestas, com a comunicação de colheita, declaração de colheita de florestas plantadas e a produção de carvão. Também temos a expectativa de adesão, aumento do número de municípios conveniados para análise de processos de autorização para intervenção ambiental. Com relação a nossa área de conservação e recuperação de ecossistemas, a gente assinou um termo de cooperação técnica, que foi firmado com a CEMIG, para possibilitar aplicação das compensações devidas pela empresa na área do PRA e áreas pré-cadastradas no programa de fomento do IEF. O acordo com a WRI Brasil permite a formalização na continuação de parceria e

construção de implementação da agenda de reestruturação do estado. Também iniciamos a operacionalização do PRA em Minas Gerais, com capacitação nas nossas unidades regionais para formalização do programa através do SEI. Tivemos também a questão do Bolsa Verde, com o monitoramento 2031 hectares vistoriados e benefícios pagos na ordem de um milhão. Os nossos viveiros, até o momento tivemos uma produção de 244.615 mudas nativas. Na área de fomento, entre áreas de restauração, restauração implantadas, fizemos 1.010 hectares. Tivemos aí o PAT Espinhaço e Capixaba Gerais, que são instrumentos nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção. Tivemos como entrega também análise do PSS/CAS de empresas grandes consumidoras de matéria-prima florestal. Para o ano de 2022, nós temos alavancagem do programa de regularização ambiental e do CAS. Lançamento do módulo do PSS e CAS no sistema de MG Florestas. Publicação de Resolução Conjunta, a gente tem expectativa, SEMAD/IEF sobre reprodução florestal. A finalização do programa Bolsa Verde e a publicação da Portaria sobre Plano de Suprimento Sustentável e Comprovação Anual de Suprimento. Com relação aos projetos especial, o PARC, nós temos em 2021 o contrato de concessão da Rota das Grutas Peter Lund, que contemplou 3 unidades de conservação. O acordo de cooperação com o Ministério de Turismo, com estudos de viabilidade de concessão do Parque Estadual Nova Baden. Para 2022 nós temos como planejamento a publicação do edital de concessão do Parque do Ibitipoca e Itacolomi, que nós devemos estar lançando para consulta pública o edital aqui início de dezembro. Conclusão de processos de regularização fundiária. Uma publicação de edital de chamamento público para seleção de uma OSC para aprimoramento da gestão e visitação do Parque Pau Furado. Publicação de editais para credenciamento de condutores de visitantes autorizados no Parque Serra das Araras e Serra do Brigadeiro. E contratação de uma empresa para realização de estudos de viabilidade para concessão do Parque Serra do Papagaio e do Parque Fernão Dias. É isso que a gente tem para o momento, só uma observação: hoje, a gente tem como conclusão de processo de regularização fundiária no Parque Ibitipoca, Nova Baden, Parque do Rio Doce, Campos Altos e Veredas do Acari. É isso que eu tinha para o momento, me coloco à disposição para qualquer dúvida, o e-mail também no final da apresentação, que vocês também podem enviar e a gente responde.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Maria Amélia, pela apresentação dos resultados do IEF compartilhada pela sua recente gestão, mas também referenciando aqui nosso colega Antônio Malard que conduziu o IEF até um tempo atrás, cuja parte desse resultado também tem crédito. Vou passar então de imediato ao Marcelo Fonseca, Diretor Geral do IGAM, para sua apresentação.” Marcelo Fonseca, IGAM: “Boa tarde a todos os Conselheiros, quase boa noite já, mas vamos lá. A apresentação também vai ser bem sucinta trazendo as principais entregas e o que está se pretendendo para 2022 dentro do IGAM. O primeiro item que eu trouxe para trazer um pouco dos nossos resultados é a cobrança pelo uso de recursos hídricos. A cobrança, como todos sabem, é um instrumento previsto na nossa política de recursos hídricos que começou a ser implantada aqui no estado em 2010, onde nós começamos com três bacias, aqui no Bacia dos Velhos, no Araguari e no PJ, e desde então algumas outras regiões também entraram dentro da cobrança, como as Bacias do Doce, do Paraíba do Sul e do Pará. No entanto, ao longo desse período de 2010 a 2017 nós tivemos avanço da cobrança, mas isso não consolidou nas demais bacias. Então esse ano, na verdade no ano passado, mas como uma reedição esse ano, houve publicação de um Decreto colocando o comando para que todos os comitês de bacia discutissem a cobrança e implementassem a cobrança em um prazo de dois anos, senão deveriam seguir uma metodologia mínima que foi definida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Esse mesmo Decreto trouxe algumas mudanças no procedimento para a cobrança, modernizando todo o procedimento e tornando ele mais ágil, para garantir

inclusive que as novas cobranças fossem exequíveis dentro do estado, devido à complexidade que era a apuração e a cobrança dos usuários. Este ano nós já tivemos três aprovações nos comitês de bacias, completando a Bacia do Paranaíba, PN1 e PN3, nós já cobrávamos no Araguari, que é o PN2. Agora todos os três comitês já têm cobrança aprovada nos seus comitês. PN1 já foi aprovada no Conselho Estadual, PN3 teve pedido de vistas, mas retorna agora na próxima reunião do conselho, e também vai a cobrança no Paraopeba. Uma grande entrega esse ano para essa bacia que sofreu com o rompimento das barragens. Para o próximo ano a gente precisa avançar com a consolidação do sistema de cobrança, que a gente consiga dar maior agilidade à cobrança desses usuários e todo processamento desses autos de cobrança, e discutir junto aos comitês que ainda não implementaram a cobrança, os 21 que ainda faltam, para implementação da cobrança. Hoje, agora há pouco, vai ser colocado em pauta, mais uma no Grande, a gente vai avançando, espero que no início do próximo ano todos os oito comitês do Grande já tenham a cobrança aprovada nos seus respectivos comitês. Dentro da gestão participativa, Minas Gerais tem 36 comitês, nos quais 12 deles possuem cobrança, têm os recursos, toda a manutenção do comitê por parte dos recursos da cobrança, e nós aderimos também ao Procomitês, um programa da Agência Nacional de Águas para fortalecimento dos comitês, que traz um recurso extra para apoiar os comitês, além do recurso que é destinado pelo Fhidro. A gente já ganha esse suporte na estruturação dos comitês. Foi aprovado também no Conselho Estadual de Recursos Hídricos a DN 69, que modernizou o Regimento Interno dos comitês. É uma informação importante a questão dos recursos da cobrança, que dá esse subsídio para a gestão participativa na implementação de projetos na bacia, um compromisso do governo em repassar todo o recurso arrecadado da cobrança, nós não temos contingenciamento do recurso. Além disso, foi feito um compromisso da Secretaria de Fazenda com o IGAM e com os comitês de bacia para a regularização do que foi contingenciado no passado. Para o ano que vem, nós vamos implementar a avaliação dos comitês de bacia, também uma inovação. Foi aprovado no conselho no ano passado a deliberação que estabelece a metodologia para avaliar a efetividade desses comitês, então a gente vai realizar o primeiro ciclo da avaliação. Também a questão da conclusão do projeto de estruturação dos comitês, que leva em consideração o recurso que veio dos Procomitês, mas também o recurso do Fhidro, e a escolha das entidades equiparadas para exercer a função de agência nas bacias que terão a cobrança aprovada esse ano. PN1 já foi, PN3 e Paraopeba devem ser aprovados agora na reunião de dezembro, então a gente tem o desafio de equiparar as entidades para executarem os recursos nessas bacias. Segurança de barragens de água, o Renato trouxe o desafio que é a segurança das barragens de mineração, enfim, dentro do IGAM nós somos responsáveis pela fiscalização das barragens de água, um número muito maior, não é, Renato? São aproximadamente 30 mil estruturas em Minas Gerais, obviamente que desde pequenas até grandes estruturas. Nesse período, a partir desse ano, a fiscalização de barragens foi integrada dentro do planejamento anual de fiscalização junto com a Secretaria de Meio Ambiente, a Subsecretaria de Fiscalização, contemplou 81 estruturas dentro daquelas que tinham uma situação de maior gravidade, e para além daquelas 81 que nós fiscalizamos, nós estamos acompanhando três barragens que atingiu o nível de emergência com risco de ruptura, uma delas na região metropolitana e uma lá no Sul de Minas, no município de Paraisópolis, que a equipe está em constante monitoramento. Toda semana a equipe vai lá, junto com os demais parceiros, Polícia Militar, Defesa Civil, NEA, acompanhando a situação dessa estrutura e também fazemos o acompanhamento de alguns reservatórios em parceria com a Agência Nacional de Águas dentro do sistema de informações. Para o ano que vem, para consolidar todas essas informações de segurança de barragens é o sistema, e o

sistema ele já teve grande parte do seu desenvolvimento realizado, alguns ajustes precisam ser feitos, porque a gente precisa receber dentro do Sistema Nacional de Segurança de Barragens informações dessas 30 mil estruturas, então é um volume grande, a gente precisa de um sistema para fazer a recepção desses dados. Vamos executar o Plano Anual de Fiscalização, seguindo a mesma lógica da fiscalização integrada, trazendo essa parceria na hora da execução das fiscalizações de barragens, e a revisão da Portaria IGAM 02/2019, que traz alguns critérios que a gente precisa aprimorar tendo em vista que houve uma mudança na Política Nacional de Segurança de Barragens, a gente precisa ajustar a nossa norma com a política nacional. Qualidade de águas, um dos programas mais antigos do IGAM, desde 1997 ele faz o monitoramento, começou lá na FEAM com 177 estações, hoje nós temos 673 estações de monitoramento de qualidade de água no estado, sendo que 560 são simultâneos, ou seja, no mesmo momento que a gente faz a coleta da amostra para análise de qualidade nós também medimos vazão, informações importantes na hora de avaliar a qualidade do corpo hídrico. Acompanhamos em especial a questão da qualidade das Bacias do Doce e do Paraopeba em razão dos rompimentos, um trabalho grande das nossas equipes, com dedicação para acompanhamento, e no Paraopeba, além de coletar essas informações e gerar os relatórios técnicos, nós produzimos mensalmente um boletim do cidadão, que traz, de uma linguagem simples para a população, informações sobre como anda a qualidade da água no Paraopeba. Para o ano que vem, a gente está sempre no desafio de ampliar essa rede de monitoramento, em especial a de monitoramento quali/quant, que é essa simultânea. Continuar o acompanhamento do Doce e do Paraopeba, e implementação do TAC Monitoramento. Esse TAC é um grande esforço que a gente está fazendo para receber e ser responsável pelo monitoramento da Bacia do Paraopeba. Tem todo um planejamento para que isso ocorra e leva em consideração desenvolvimento de sistemas, equipe, metodologias de monitoramento, é um importante projeto que nós temos para o ano que vem. O monitoramento hidrometeorológico ele está com dois produtos que tem uma informação prática para a sociedade, que é a previsão do tempo e a emissão de alertas, além de toda operação da rede hidrológica. Então o IGAM por meio do SIMGE, faz diariamente a previsão do tempo e publica esses boletins no site e agora nas redes sociais do SISEMA, e em parceria com a Defesa Civil e apoio da CEMIG nós fazemos a emissão de alertas de chuvas extremas no período chuvoso, obviamente. Nesse ano, período chuvoso passado, que pegou parte de 2020 e 2021, 3.277 alertas que são enviados via SMS para os municípios para que eles possam se preparar para esses eventuais eventos extremos. E também fazemos o acompanhamento da situação de escassez hídrica. Minas Gerais viveu esse ano, como toda a região Sudeste, uma crise hídrica, e a equipe acompanha isso por meio das nossas estações e emite boletins da escassez hídrica e as Portarias de Restrição quando a situação hídrica atinge os critérios da DN 49. Para o ano que vem, ampliação dessa rede hidrometeorológica e assinatura de um acordo de cooperação com a CEDEC para aprimorar esse sistema de emissão de alertas e também a parte do TAC monitoramento na parte de quantidade de água. Dentro da regulação, um dos grandes desafios que o IGAM teve nos últimos anos foi o passivo de outorgas que nós recebemos aproximadamente 25 mil processos, nós encerramos o mês de outubro com 2 mil processos desse estoque de passivo, além de dar conta de um quantitativo de processos equivalente a tudo que entrou nesse período. Fizemos um avanço que é a revisão da base otocodificada do estado, permitindo um maior detalhamento dos nossos corpos hídricos, e a criação das 53 comissões gestoras locais, o Tobias no início citou esse desafio que foi para o comitê, mas também foi para o IGAM a criação dessas comissões gestoras locais, elas têm como papel a gestão do conflito nas áreas de disponibilidade hídrica, e para o ano que vem a consolidação do sistema de outorga, que estava previsto para esse ano,

mas devido a problemas com a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema não conseguiu entregar. A outorga sazonal da Bacia do Doce e São Francisco, projeto em parceria com a Agência Nacional de Águas. E a revisão, pautar no COPAM e no CERH a revisão da DN 01/2008. Dentro do planejamento e enquadramento, nós conseguimos também avançar com atualização da nossa base de enquadramento de algumas bacias. Isso é muito importante, porque agora ela pode ser disponibilizada no IDE, permitindo um fácil acesso à população mineira e todos aqueles que fazem algum tipo de gestão. E acompanhamos os planos de bacia e a elaboração dos últimos planos, que está ali para a conclusão no ano que vem, que são as Bacias do Leste, Mucuri, São Mateus e Alto São Francisco, e iniciar o desafio de revisar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, e tramitar no Conselho Estadual de Recursos Hídricos as diretrizes para as áreas sujeitas à restrição de uso, que é um dos critérios que tem que estar nos planos diretores. E de programas especiais, não podemos deixar de falar do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que faz parte do programa Somos Todos Águas. O edital foi lançado, a gente recebe as propostas até sexta-feira, abertura dos envelopes no dia 6, para que a gente consiga ainda durante este ano firmar o contrato para elaboração do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que tem como objetivo identificar dentro do estado quais as áreas prioritárias para intervenção para garantir segurança hídrica, e para cada uma dessas áreas desenvolver um banco de projetos executivos nas intervenções, nos três grandes eixos do programa, que é a parte de recuperação e conservação dos serviços ecossistêmicos, de redução do consumo, do uso racional de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável e também na parte de saneamento e infraestrutura. Vai ser publicado ainda esse mês o edital de chamamento da FAPEMIG, que é um edital onde o IGAM vai financiar algumas pesquisas com vistas ao aprimoramento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, e assinamos com o MDR e apoio da Universidade Federal do Tocantins um acordo para desenvolvimento de um sistema de monitoramento de usos que vai permitir envio de dados telemétricos tanto de captações dos usuários e também dos fluxos residuais nas áreas de conflito em especial e a concentração dessas informações em uma plataforma, aplicativo, que possa ser no celular ou internet, que todos possam acessar e conhecer como está o uso da água. E também firmamos a primeira parceria com a Universidade Federal de São João Del-Rei, para implementação do núcleo de extensão em recursos hídricos, que é uma oportunidade de trazer os alunos extensionistas para aprender fazer gestão de recursos hídricos e nos ajudar em alguns desafios de pesquisa e extensão. Iniciaremos no ano que vem a elaboração efetiva do plano mineiro de segurança hídrica, continuaremos fazendo o relatório de governança e alguns lançamentos de algumas publicações, como a Revista Mineira de Recursos Hídricos, Relatório de Gestão e Situação. É isso. Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Marcelo, pela apresentação. Parabenizar Marcelo pela condução do IGAM, que deixei por último para não falar que eu privilegio o IGAM, mas obviamente como servidora de carreira daquela instituição tenho grande carinho e orgulho de ter o Marcelo como Diretor-Geral do IGAM. Vou abrir as questões dos Conselheiros, pergunto se temos inscritos. João Hilário, ASSEMG iniciando, por favor.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Primeiramente, parabéns (áudio ruim) apresentadas, ao Renato, Maria Amélia, Marcelo, muito importante, até em função da quantidade nem teremos tempo de comentar tudo que gostaríamos, mas apenas dizer que acompanhamos com atenção, uma boa parte do que foi apresentado nós conhecemos, e apenas como referência vou falar rapidamente, sem entrar em detalhes, e fazer só uma pergunta das quase uma dúzia que eu gostaria de fazer se a gente tivesse tempo, se tivesse mais cedo. Um comentário é sobre as barragens, de nível de emergência, principalmente as de níveis de emergência 3, que nós temos que acompanhar, eu

não vou colocar as perguntas, só comentar que estamos acompanhando. Essas novas que surgiram, barragens de abastecimento de água, acompanhar com atenção, isso no caso das barragens. Para Renato, também a questão de nível 3 e abandonadas da mineração, barragens órfãs, mas um ponto que eu ia passar também se tivesse tempo, a questão das torres nas barragens de emergência 3, aquela estranha queda de torres, que não ficou claro o que aconteceu, mas só para comentar que estamos acompanhando. Achei muito interessante também o comentário sobre as bacias, inclusive, principalmente, sobre a Bacia do Mucuri. Eu não tinha visto nenhum foco mais importante para ela. E a Bacia do Mucuri tem sofrido muito, e com a seca agora já teve alguns rios quase desaparecendo, então precisa sim de atenção lá na região. Só mais duas coisinhas, a questão também, Maria Amélia, das florestas, do resto de Mata Atlântica que Minas Gerais ainda tem. Tenho uma pequena propriedade que eu preservo lá uns pequenos 10 hectares de Mata Atlântica a muito custo, e o que a gente sente é que realmente a Mata Atlântica parece que continua desaparecendo aos poucos, temos que ficar de olho para preservar o restinho que sobrou. Por último, Renato, também ia te perguntar, não vou perguntar porque perguntei da outra vez, era mais detalhes sobre o planejamento estratégico voltado para minério de ferro e barragens, aquela consultoria que ia ser contratada, porque como já disse e repito, a forma de abordar o planejamento estratégico é muito importante para evitar possíveis surpresas desagradáveis no futuro, manter a mineração sustentável, ou seja, no sentido de prevenção. Secretária, não vou fazer as perguntas pelo adiantar da hora, ao menos que tenhamos tempo e o Renato pudesse falar um pouquinho, ou Frederico, sobre a situação do planejamento estratégico, mas se já estiver muito tarde e não puder por hoje, eu estou satisfeito com o que ouvi.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro, eu queria fazer uma proposta, porque acho que é um tema que merece discussão aqui nesse conselho, que na próxima reunião a gente faça uma apresentação sobre a política de gestão de barragens de rejeito e segurança de barragens de água no Estado de Minas Gerais. O Marcelo e o Renato trariam apresentação específica sobre o assunto para que a gente possa apresentar a vocês o status hoje, quais são as medidas que estão sendo tomadas pelo estado, as regulamentações que foram realizadas, as próximas ações que estão para frente, até para de fato a gente ter um tempo maior de discussão e contribuição desse conselho. Se você concordar, eu já peço para a Secretaria Executiva que pautar na próxima reunião do COPAM.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Eu concordo e acho a iniciativa muito boa, nós precisamos dar uma repassada nesse assunto sim. De acordo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok, obrigada, Conselheiro. Próximo Conselheiro inscrito, Adriano Manetta, CMI.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Depois dessas apresentações muito longas, a gente teria muita coisa para posicionar, mas eu vou me limitar a alguns poucos pontos que eu acho dignos de nota. Em primeiro lugar, e isso já foi dito na CPB, eu acho extraordinário que já estamos no terceiro ou quarto ano seguido que o IEF consegue mostrar dados consistentemente progressivos de regularização fundiária de unidades de conservação. Isso é fundamental, que as unidades estejam regularizadas, para que elas possam cumprir com os papéis para os quais elas foram criadas. A gente vê que esse número vem crescendo progressivamente, acho isso fundamental. Outro ponto, IEF e equipe de fiscalização, muito positivo, principalmente no que se refere a contenção de desmatamento ilegal. Muito se diz que Minas foi campeão de desmatamento no índice de SOS Mata Atlântica. Mas pelo próprio índice da SOS Mata Atlântica o desmatamento total ocorrido no estado no último ano, em termos percentuais, agora minha memória me falha um pouco, foi no campo de um milésimo ou dois milésimos da vegetação existente. Esse resultado é absolutamente espetacular, muito próximo do zero. E lógico, maior parte desse desmatamento

ilegal, onde fica longe, difícil de se assentar, se fiscalizar. Em geral, no semiárido, na região Norte. Mas de um modo geral, muito bom esse resultado de fiscalização do IEF. Mas o ponto que eu queria dar mais destaque, até porque menos comum nas discussões do dia a dia da SEMAD, é a atuação da ARSAE, do Antônio Claret, e do Chefe de Gabinete dele, Gustavo Medeiros. Aí eu vejo, junto com a Subsecretaria do Rodrigo Franco, algo de essencial e que desconfio que Minas está saindo um pouco diferente do que outros estados fazem, com chance de sair na frente. Questão de saneamento e qualidade de vida das pessoas, isso é fundamental. Isso sempre deveria ser o aspecto mais importante para o meio ambiente. Na verdade, eu nunca admito uma discussão que não priorize sempre as pessoas, a qualidade de vida das pessoas. Podemos falar de gerações futuras, mas ainda sim as pessoas das gerações futuras. E é muito triste a gente estar discutindo, muitas vezes detalhes, a tecnicidade, e você tendo conhecimento de que tem uma tragédia acontecendo, gente morrendo por falta de saneamento, enfim. E isso que a ARSAE fez e está fazendo, que passa por essa questão da unificação da tarifa de esgoto, de avaliação dos aspectos econômicos das companhias, de revisão das tarifas, isso é inédito no nosso estado. Nós nunca tivemos uma agência reguladora que não fosse submissa à COPASA. Essa debaixo da batuta do Claret não é submissa, está cobrando, exigindo. Isso de exigir metas físicas nos contratos, fundamental. Basta ver quantas regiões sofrem mazelas terríveis de ordem de saúde mesmo, de ordem política, institucional, simplesmente porque a COPASA se recusa a fazer investimentos. Estamos lá na CPB uma guerra montada, APA Várzea das Flores. Antes de qualquer coisa, essa guerra existe porque a COPASA é dona daquele território há 50 anos, e nunca se interessou, ou por ser dona da bacia, ou pelo menos fazer o distanciamento de esgoto, nem o tratamento, distanciamento. Quer dizer, se é uma bacia só, todo esse esgoto pode ser conduzido por gravidade e a COPASA não faz, acha que está tudo bem, a solução que ela sempre coloca é que devia travar a bacia. Isso para vários lugares, e esse jogo de empurra extremamente nocivo para a sociedade. Então vejo na atuação do Claret algo de genial com o potencial de um resultado verdadeiramente transformador, isso na nossa percepção, e é um segmento urbano falando, isso é meio ambiente de resultado, concreto, como eu disse dos outros segmentos logo antes, mas este é um resultado que pode vir a ser muito visível em um prazo muito mais curto do que a gente imagina. Era isso, fica o nosso elogio por um trabalho bem feito, e também de toda a Secretaria, mas esses destaques. Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Manetta, pela sua colocação. De fato, esse ano de 2021 nós trabalhamos fortemente nessa agenda do saneamento aqui na Secretaria, que recebeu as competências de 2019, e ficou durante um longo período tratando, e ainda estamos, não é Rodrigo, de passivos que recebemos do governo passado, da extinta SECIR. Com convênios inacabados, recursos a serem devolvidos de convênios não executados, e esse ano nós conseguimos, até pelas próprias determinações legais do marco do saneamento trabalhar uma agenda propositiva de futuro, e obviamente, como também já mencionou, reforçando suas palavras, o trabalho brilhante da agência reguladora e o posicionamento do estado de não proteção à companhia de saneamento, mas sim de um entendimento que nós precisamos ter uma prestação de serviço de qualidade no Estado de Minas Gerais e um foco na universalização conforme o marco determinada. Obrigada pelas suas colocações. Na ordem nós temos inscritos a Conselheira Maria Teresa e na sequência o Conselheiro Ênio. Conselheira Maria Teresa, por favor.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu tenho só duas perguntas para o Renato, da FEAM. Uma é relacionada que se conseguiu que as informações sobre as barragens, então a FEAM vem recebendo, e tem isso sistematizado, eu gostaria de saber se nisso incluiria os planos de ação de emergência sendo também formalizados ao estado e disponibilizados para a sociedade civil, já que o objetivo é ter um plano de ação de

emergência caso haja alguma situação, inclusive, nesse plano envolve vários órgãos também do estado, como por exemplo a Defesa Civil. E eu trago isso por causa da sempre dificuldade de se acessar os planos de ação de emergência de cada barragem, então essa era uma dúvida, se isso já está nessa modernização das informações sendo trazidas para a FEAM, e uma segunda é sobre a questão da análise dos cinco PRADs, que dois foram aprovados, se isso vai ser objeto de licenciamento ou se já foi, e onde conseguir acesso a essa análise e a esses PRADs.” Renato Brandão, FEAM: “Com relação à questão das barragens, hoje o sistema, como apresentei, a gente conseguiu implementar a questão das auditorias, das declarações e do credenciamento dos auditores. A ideia é que esse sistema sim receba os planos de ação de emergência das barragens, e, inclusive, disponibilize aos órgãos que tem que analisar e aprovar, incluindo os órgãos do SISEMA, Defesa Civil, IMA e o IEPHA. Mas as obrigações da lei, a lei traz obrigações que o próprio empreendedor deve disponibilizar esses planos tanto para as prefeituras quanto para as Defesas Cíveis Estaduais. Então esses planos já se encontram ou já deveriam se encontrar disponíveis em todas as prefeituras que podem sofrer com o rompimento dessas estruturas, ou a própria defesa civil também tem esses planos. O Decreto 48.078 trouxe que esses planos devem ser revisitados pelas empresas a partir das diretrizes dos órgãos que vão avaliar para aquelas barragens que já existem, dando prazos diferenciados para as barragens de classe 1, 2 e 3, a partir de fevereiro do ano que vem. Então a atualização desses planos vai começar a ser feita a partir de fevereiro do ano que vem, em que o estado vai receber, distribuir esses planos para cada um desses órgãos, e a partir daí começa uma discussão sobre aprovação ou não desses planos e a consequente disponibilização e atualização desses planos. Esse é o fluxo do PAE, mas hoje a responsabilidade já existe de, em cada prefeitura que estiver diretamente relacionada ou sofrer algum impacto pelo rompimento, já ter que estar disponível na própria prefeitura e na defesa civil municipal esse plano. Com relação aos cinco PRADs, são cumprindo a DN do COPAM. Esses cinco PRADs são analisados pela equipe através de um processo SEI, e é disponibilizado no caso de aprovação do PRAD um ofício que autoriza a implementação do PRAD. Se a Conselheira tiver interesse, a gente pode disponibilizar os processos SEI, o acesso à Conselheira ao processo SEI desses cinco PRADs.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Renato. Próximo inscrito, Conselheiro Ênio, Ministério do Meio Ambiente.” Conselheiro Ênio Marcus Brandão Fonseca: “Boa noite a todos. Cumprimento a Secretária Marília. Em nome de todos os servidores da Secretaria de Meio Ambiente, cumprimento também a todos os Conselheiros, e vou fazer um registro muito breve, Secretária, da apresentação que a Secretaria fez hoje nessa reunião do COPAM. Eu represento aqui o Ministério do Meio Ambiente, e, portanto, falo com a responsabilidade de pontuar em nome do Ministério uma avaliação do excelente desempenho que o Estado de Minas Gerais tem no âmbito da sua governança ambiental liderada pela Secretaria. Sou também o Superintendente do IBAMA, onde nós temos por atribuição um sem número de atividades que são realizadas em parceria com os órgãos do estado, em especial aqueles da Secretaria de Meio Ambiente. A gente poderia listar rapidamente algumas delas, e eu vou dizer, dos trabalhos de fiscalização ambiental integrado, nas mais diferentes atividades, que tenham algum impacto sobre o meio ambiente. No trabalho de gestão da fauna silvestre, onde nós atuamos em conjunto na gestão dos diferentes Cetras. No trabalho de cadastro e registro das atividades que precisam ter atos que vinculam a uma conformidade ambiental, e nós temos 600 mil contribuintes cadastrados nos sistemas que fazem a gestão daqueles empreendedores privados ou empresariais, que tem algum impacto ambiental, isso também é gerido em parceria com o Governo do Estado. Os trabalhos que envolvem a questão da fiscalização ambiental, a emergência ambiental, os incêndios florestais e tantos outros onde a gente percebe

no dia a dia a excelência daquilo que a Secretaria consegue entregar em um esforço que é crescente, e eu posso dizer, tomando apenas como referência o COPAM, que eu faço parte desde 1985, e nesses anos todos praticamente ininterrupto, então eu conheço e sei como essa estrutura ambiental do estado se comportou ao longo desse tempo. Eu deixo registrado que Minas Gerais tem uma liderança nacional do ponto de vista da gestão estadual. Quando a gente vivencia também relacionamentos no âmbito de outras superintendências do IBAMA de outros estados, a gente percebe que o trabalho de Minas Gerais é feito com muita seriedade, competência. Não significa que todos os pontos estão devidamente equacionados, mas há uma melhoria contínua, e nós temos uma satisfação muito grande de sermos parceiros, de uma estrutura que vem respondendo de uma maneira muito satisfatória as demandas da sociedade frente aos temas e as obrigações que competem à Secretaria de Meio Ambiente. Seria isso, parabéns por esse belo trabalho que foi hoje objeto aqui da nossa reunião do plenário, fruto da apresentação dos dirigentes que nos mostraram tudo que foi feito no ano de 2021.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Queria primeiro agradecer suas palavras em nome da nossa equipe aqui do SISEMA, mas dizer também, já falei para você, mas queria referenciar aqui de público que sempre digo que facilita muito o nosso trabalho ter você na Superintendência de Minas Gerais do IBAMA. Uma interlocução constante, parceria constante, trabalhos, esforços mútuos para objetivos comuns, então queria da mesma forma referenciar aqui o nosso reconhecimento pelo seu belo trabalho na Superintendência do IBAMA e que a sua presença facilita em muito a entrega de diversos trabalhos aqui apresentados. Queria agradecer e reforçar o meu reconhecimento, reconhecimento de toda equipe, pela sua parceria constante conosco. Acho que não tem mais nenhum Conselheiro inscrito.” **8. PROPOSTA DE AGENDA PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM EM 2022. APRESENTAÇÃO: SEMAD.**

Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós temos o último ponto de pauta, que é a proposta de Agenda para as reuniões do Plenário do Copam em 2022. Apresentação: Semad. Queria pedir à equipe que projete a proposta de agenda para as reuniões do plenário COPAM 2022. Quem vai apresentar? Vânia? Talvez seja melhor você ficar aqui do meu ladinho.” Vânia Mara de Souza Sarmento, ASSOC/SEMAD: “Boa noite, senhora Secretária, senhores Conselheiros, a todos que nos assistem pelo YouTube. A nossa proposta para 2022 são reuniões ordinárias nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Em março 16, junho dia 8, setembro 14 e dezembro dia 7. Sempre verificando a possibilidade de feriados e pontos facultativos. O dia da semana sempre às quartas-feiras, mantendo essa dinâmica que é o plenário, e sempre no horário das 14 horas. E queria aproveitar para falar com os Conselheiros que a gente encaminhou para todos um questionário sobre o interesse deles na reunião em 2022, se presencial, remoto, que eles preenchessem e nos retornasse, por favor.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço, Vânia, e também queria aproveitar a oportunidade do final do ano para parabenizar você e toda equipe, e a Valéria, hoje na posição de Secretária Executiva, mas que não faz apenas a Secretaria Executiva, nossa Secretária Adjunta, mas como nome diferente de Secretaria Executiva, que junto com a Vânia e equipe fez um belo trabalho neste ano de 2021, propiciando um funcionamento pleno, contínuo, com resultados muito efetivos, não só desse conselho, mas das câmaras técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, então também agradecer toda a equipe, esse belo trabalho de condução do COPAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Precisa votar um a um? Então vamos lá. SEMAD favorável à agenda, Marília. Pedro, SEAPA.” Conselheiro Pedro D’Angelo Ribeiro: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. SECULT, ausente. Augusta? Beatriz ausente também. Bruna Dias.” Conselheira Bruna Dias Tourinho: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Lidiane, SEINFRA.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “De acordo

com a agenda.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Jadir, SEDESE. Ausente. Frederico ausente. Leorges.” Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Elisa, então agora vamos, Major Eduardo, CEDEC.” Conselheiro Major PM Eduardo Leal Silva: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro Alírio.” Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Capitão Brito, PMMG.” Conselheiro Cap. PM Adenilson Brito Ferreira: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, capitão. Doutor Lucas, Ministério Público de Minas Gerais.” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Hilcéia.” Conselheira Hilcéia Reis Teixeira: “De acordo com a agenda.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Ênio, representante do Ministério do Meio Ambiente.” Conselheiro Ênio Marcus Brandão Fonseca: “De acordo com a agenda.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada. Conselheiro Licínio.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mól Xavier: “De acordo com a agenda.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Carlos Alberto, FAEMG.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Favorável, de acordo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro Mário Campos ausente. Thiago.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Leandro, FETAEMG, ausente. Júlio também ausente. CMI, Adriano Manetta.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Ana Beatriz, PROMUTUCA.” Conselheira Ana Beatriz Rocholi: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Conselheira Maria Teresa, EPA.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Conselheiro Professor Thiago, UEMG. Áudio está fechado. Ronaldo, UFLA, ausente. João Hilário, ASSEMG.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Walkiria, OAB? Talita? Ok. Então muito obrigada, agenda aprovada.” **9. ENCERRAMENTO.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vamos ao último item de encerramento. Queria primeiro agradecer o empenho de todos os Conselheiros ao longo deste ano de 2021 no nosso conselho. Nós temos como diretriz do Governador Romeu Zema, fortalecido esse conselho a cada dia como proponente de políticas públicas de meio ambiente do Estado de Minas Gerais, bem como o funcionamento das câmaras técnicas com suas respectivas funções. Queria agradecer aos Conselheiros a contribuição permanente com o Governo do Estado de Minas Gerais na proposição das políticas públicas e no acompanhamento da efetividade das mesmas. Desejo ainda um ótimo final de ano. Com muitos ainda falaremos pessoalmente, mas um ótimo Natal, final de ano, que tenhamos um 2022 ainda de mais resultados profícuos na agenda ambiental no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada a todos, boa noite.”

APROVAÇÃO DA ATA

Valéria Cristina Rezende

Secretária Executiva da Semad, designada para responder pela função e atribuições,
próprias e delegadas,

de Secretário de Estado da Semad, conforme ato publicado dia 26/02/2022



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Cristina Rezende, Secretária Executiva**, em 22/03/2022, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43653304** e o código CRC **080AA45D**.

Referência: Processo nº 1370.01.0010216/2022-12

SEI nº 43653304